

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
MESTRADO ACADÊMICO

FERNANDA DOS SANTOS ROCHA

**SUBJETIVIDADES EM DESLOCAMENTO: NARRATIVAS DE IMIGRANTES
VENEZUELANOS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE

2021

FERNANDA DOS SANTOS ROCHA

**SUBJETIVIDADES EM DESLOCAMENTO: NARRATIVAS DE IMIGRANTES
VENEZUELANOS NA CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Dissertação de mestrado acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Psicologia Social e Institucional.

Orientadora: Simone Mainieri Paulon

PORTO ALEGRE

2021

Dedico este trabalho aos meus pais H elio e Maristela.

AGRADECIMENTOS

Quando o cineasta Fernando Birri falou que as utopias servem para se manter caminhando, eu imaginei um horizonte distante, onde terra e céu se encontram. Nessa cena, influenciada por imagens cenográficas comerciais, a trajetória parece sozinha e distante, diferente de tudo que a experiência desse trabalho me permitiu vivenciar. Com esse trabalho, as imagens associadas a utopias ganharam perspectivas muito diferentes, pois agora eu vejo a utopia diante dos meus olhos como quem caminha entre as pessoas nas ruas de uma grande cidade.

Eu ando pedindo licença para passar e tentando capturar as diferentes direções dos olhos das pessoas que atravessam meus olhares, corpo e sentidos. Essas pessoas são todas muito diferentes, algumas me viram nascer, como meus pais Hélio e Maristela, minha avó Maria Iracema, meu irmão Filipe. Seus olhos apontam possibilidades e conquistas, expectativas e esperanças, mas acima de tudo, confiança.

Outras pessoas eu conheci no caminho, como meu amigo e colega Robert Filipe dos Passos, com quem compartilho minha vida nos bons e difíceis momentos desde os primeiros dias de graduação em psicologia, meu amigo Willian Guimarães, que sempre me provou que eu poderia transpor muitos desafios que pareciam impossíveis e me incentivou muito nessa trajetória, Adriel Christi, que contribuiu para que as dificuldades fossem mais leves, Ariadne Cedraz, que sempre conseguia enxergar além do que se vê, Robson Rocha, Luiza Torres, Ana Carolina Battezzini e Rafaela Vasconcelos que acreditaram ser possível desejar. Agradeço, também, a Daiana Gonçalves que me ajudou na finalização dessa etapa e ver outros horizontes. A orientadora e grande inspiração Simone Mainieri Paulon, que depositou em mim a confiança e caminhou comigo desde os primeiros sonhos de pesquisa até a materialização deste, com muitas conversas e resgates. Essas pessoas vão estar para sempre em minha vida, seus olhos inspiram coragem e confiança para seguir.

Por vezes, pessoas representam instituições, como Gustavo Chacón, coordenador do Projeto Araguaey. Projeto que tem a AVESOL como sede e mantenedora. Sem seus olhares, direcionamentos e apoio esse percurso teria sido muito mais difícil.

Agradeço imensamente todos estes olhares que atravessam e compõem a mim e a esse trabalho, com tanta generosidade. Sem vocês nada seria possível.

“Andamos crescendo juntos, distraidamente. As árvores crescem conosco. Nossa pele se estende, nosso entendimento, teso, também. O século cresce conosco.”

(Matilde Campilho)

RESUMO

O aumento dos fluxos migratórios no mundo é um fenômeno recente e crescente, principalmente entre os países do Sul global, que demanda novos olhares e estudos que subsidiem políticas públicas de saúde e favoreçam o acolhimento às populações e aos países por ele atingidos. No momento em que milhares de pessoas migram da Venezuela em direção às fronteiras brasileiras, as cidades adquirem novos rostos, cores, línguas e desafios. Na capital gaúcha, localizada geograficamente no extremo oposto do país de origem desses imigrantes, algumas centenas de pessoas bravejam: - “O Brasil vai virar uma Venezuela”. É considerando tal contexto que esta pesquisa buscou acompanhar movimentos (des)territorializantes que compõem ritmos e desenhos que emergem na cena urbana e nos corpos migrantes, a partir da experiência de venezuelanos que vivem em Porto Alegre. Sustentada na metodologia cartográfica, a pesquisa-intervenção promoveu oficinas, reuniões e passeios pela cidade, onde foram compartilhadas narrativas por meio de imagens fotográficas, rodas de conversa e mapas afetivos, com o objetivo de identificar como a experiência migratória produz singularidades em quem migra, bem como na cidade que os recebe. Tais ferramentas metodológicas permitiram capturar a multiplicidade nas formas de ser estrangeiro, bem como conceber que a cidade se constitui como uma grande máquina produzida e produtora de subjetividades. Ao final, as três categorias analíticas sistematizadas pelo estudo - “cidades inventadas”, “saudades” e “crianças” - emergem como elementos mediadores na relação que os venezuelanos estabelecem com a cidade e apontam à importância de considerarmos a diversidade de experiências e modos de viver (n)a cidade. Conclui-se que o combate às violências que tomam o estrangeiro como inimigo implica o enfrentamento de um imaginário homogeneizante acerca do imigrante e que a desconstrução desse discurso é impostergável para fazer das cidades espaços tão plurais quanto as vidas que a habitam.

Palavras-chave: Cidade; Subjetividade; Imigrantes Venezuelanos; Fronteiras.

ABSTRACT

The increase in forced displacement around the world is a recent and growing occurrence, especially among the countries of the Global South, which demands new perspectives and studies that support public health policies and promoting host network for foreign people and host countries. Thousands of people migrate from Venezuela to the Brazilian borders, and because of it the cities acquire new faces, colors, languages, and challenges. In Porto Alegre, capital of Rio Grande do Sul state, geographically located at the opposite end of the country of origin of these immigrants, a few hundred people are yelling in the streets: - "Brazil will become a Venezuela". This is the paradoxical context of this research sought to follow (de)territorializing movements that compose rhythms and designs that emerge in the urban scene and in migrant bodies, from the experience of Venezuelans living in Porto Alegre. Based on the cartographic methodology, the intervention research promoted workshops, meetings and city tours, where narratives were shared, through photographic images, conversation circles and affective maps, with the objective of identifying how the migratory experience produces singularities in those who migrate, as well as in the city that receives them. Such methodological tools allowed capturing the multiplicity in the ways of being foreign, as well as conceiving that the city is constituted as a great machine produced and producer of subjectivities. In the end, the three analytical categories systematized by the study - "invented cities," "saudades," and "children" - emerge as important elements in the relationship between Venezuelans and the city, which claim the importance of considering the diversity of experiences and ways of living (in) the city. It is imperative to make cities as plural spaces as the lives that inhabit them, to this end we must fight against the violence that frames the foreigner as an enemy and the homogenizing imaginary about the immigrant.

Keywords: *City; Subjectivity; Venezuelan Immigrants; Borders.*

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	IGREJA DAS DORES EM CORES.....	67
FIGURA 2 -	MENINO ANDANDO NA CHUVA	68
FIGURA 3 -	TRAJETOS DO MAPA AFETIVO	70
FIGURA 4 -	PEDRAS RARAS.....	70
FIGURA 5 -	PASSEIO EM FAMÍLIA.....	71
FIGURA 6 -	BEM-VINDOS	72
FIGURA 7 -	ALVORECER NA JANELA DE CASA.....	72
FIGURA 8 -	FARINHA VENEZUELANA	73
FIGURA 9 -	RELIGIÃO E MEMÓRIA.....	75
FIGURA 10 -	CRIANÇAS VENEZUELANAS BRINCANDO COM CRIANÇAS BRASILEIRAS	77
FIGURA 11 -	DUAS CRIANÇAS VENEZUELANAS TOMANDO BANHO DE BACIA EM MEIO AOS PRÉDIOS	78

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO	9
2. INTRODUÇÃO	12
3. SUBJETIVIDADES ARRASADAS, FRONTEIRAS INVENTADAS	18
1. TERRITÓRIOS EM DESLOCAMENTO	24
2. IMIGRANTES VENEZUELANOS, MUITO ALÉM DA INTERIORIZAÇÃO	35
3. “VOCÊS ESTÃO ESCUTANDO?” UM APELO À CIDADANIA	43
4. CAPÍTULO 2: PERCORRENDO AS RELAÇÕES DE FORÇA QUE FORJAM FRONTEIRAS	47
1. A RACIALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E A PRODUÇÃO DO ESTRANGEIRO COMO INIMIGO	49
2. TAPUMES E PEDRAS: MODULAÇÕES NECROPOLÍTICAS	54
3. “ <i>QUE SE VAYA MADURO!</i> ”: CAPITALISMO E BIOPOLÍTICA	59
5. ENTRE CAPÍTULOS: OS IMPACTOS DA COVID-19 NA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES	62
6. CAPÍTULO 3: ENCONTROS COM A CIDADE DE PORTO ALEGRE	65
1. CIDADES INVENTADAS	67
2. SAUDADES	73
3. CRIANÇAS	76
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	84

1. PREFÁCIO

Assim como quem começa uma jornada, as primeiras palavras desse trabalho percorrem caminhos de experimentação, sem certezas e com o olhar voltado para as paisagens que os compõem. Faz parte desse processo o desejo de seguir os rastros dos encontros com diferentes vidas, histórias e passagens que tomaram diferentes formas e sentidos a partir da migração de venezuelanos para o Brasil. Como uma rachadura que cria abismos diante dos pés, as crises econômica, social e política que assolaram a Venezuela a partir de 2015 e, mais intensamente, após 2018, impuseram outras rotas, exigindo posturas radicais em prol da vida, tal como a migração.

Diante da fome de comida e da falta de itens básicos para viver, os conceitos de luta ou fuga - tradicionalmente usados para entender as reações diante do desespero - são, no mínimo, insuficientes para apontar as diferentes perspectivas e posições subjetivas que se transformam, criam e passam a compor a experiência de uma vida. A migração é, diante do desespero, a própria luta que se trava em diferentes dimensões em prol da vida. Caminhar, voar ou correr são diferentes maneiras de se deslocar para o desconhecido e incerto mundo que surge após uma grande rachadura. Mas assim como a rachadura impõe uma mudança radical, sendo uma radicalidade em si, ela também possibilita a construção de novos mundos e inaugura, através dessa abertura, outras lutas e perspectivas.

A emigração da Venezuela corresponde a uma migração forçada, devido às condições impostas pelo cenário de escassez e conflito. Vale observar que existem outras formas de migração: a migração voluntária, a migração interna ou externa e, além disso, as migrações que resultam em outras nomenclaturas, de acordo com o reconhecimento das condições excepcionais dos imigrantes, tal como o refúgio. Entre tantas nomenclaturas possíveis para esse trabalho, uma vez que parte dos venezuelanos já são reconhecidos como refugiados enquanto outros são considerados imigrantes legais ou ilegais, entendemos que a nomenclatura imigrante contempla a maneira ambígua como pessoas consideradas diferentes de um padrão local hegemônico são reconhecidas.

Por maneira ambígua, me refiro às posturas de preconceito e estigmatização que se manifestam no encontro entre diferentes linguagens e culturas - tanto no interesse pelo “exótico” quanto a exploração do trabalho de imigrantes, que leva ao enriquecimento de proprietários de empresas. Outro ponto que foi considerado relevante na utilização da nomenclatura imigrante refere-se à perspectiva mais ampla que o termo contempla, uma vez que, em diferentes condições de reconhecimento ou necessidade, o termo imigrante abrange

diferentes sujeitos que participam dessa pesquisa e que se identificam com o sentimento persistente de não pertencimento ao novo território.

O não pertencimento, como uma das características da migração, foi pauta de diversas conversas informais entre pesquisadores que compõem essa pesquisa, sendo a maioria migrantes internos. A migração interna, também chamada de deslocamento interno, acontece quando uma pessoa migra entre cidades e estados, dentro do mesmo país. Assim, citar o deslocamento interno neste prefácio é assumir que parte da minha história também é marcada pela migração, bem como a da maioria das pessoas que conheci durante a trajetória do mestrado no Programa de Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Assumir um lugar no mundo, físico e subjetivo, é impor a singularidade como política contra as homogeneizações e abrir mão de toda a passibilidade que produz privilégios, por vezes velados. Sou branca, filha de uma mãe com ascendência pouco definida, mas sem dúvidas de origem latina, e de um pai de origem europeia. Faço parte da classe média brasileira que teve condições e oportunidades após a ascensão econômica de uma família de origem pouco abastada. Essa história, nada incomum, me permitiu visitar outros países do continente africano, europeu e também o atual centro da economia mundial na América do Norte. Essas experiências, de uma brasileira privilegiada, me colocaram diante de situações bastante comuns para estrangeiros fora do seu país, tais como o constrangimento e a homogeneização. Fora do conforto das singularidades concedidas pela minha origem, as possibilidades e mobilidades se transformam em uma sensação de deriva.

A deriva em Porto Alegre era diferente, mas não menos angustiante. Como um pequeno bote que se desgruda de um grande navio, compartilhei minha deriva com pesquisadores-nativos, pesquisadores-imigrantes, imigrantes venezuelanos e de outras origens e associações de acolhimento e assessoria a imigrantes. Iniciamos o percurso em 2018, com o início das propostas de pesquisas, e demos sequência ao campo de pesquisa até o final de 2019, quando em março de 2020 a pandemia do coronavírus, ou COVID-19, exigiu medidas de distanciamento social, lockdowns e muitas restrições em todo o mundo. No Brasil, por força das instituições municipais e estaduais, as restrições perduraram até o momento da defesa desta dissertação, com grande possibilidade de se estenderem por tempo indeterminado.

Com as medidas de distanciamento impostas e a necessidade de cuidados extremos, a pesquisa e o contato com a maioria das pessoas que fazem parte dela foram inicialmente suspensos e, após algum tempo, as tentativas de retomar o contato - especialmente com os imigrantes - se mostraram ineficazes. Nesse momento já não era mais possível estar na cidade

de Porto Alegre e os contatos com quem trocávamos mensagens já não nos respondiam. Sendo assim, optamos por finalizar a pesquisa trabalhando com dados, histórias e materiais que haviam sido coletados previamente, autorizados mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Será possível observar, pelo motivo descrito, poucas informações atuais sobre os interlocutores dessa pesquisa. Apesar da falta de informações após a imposição do distanciamento social, destaco que os contatos dos pesquisadores e colaboradores dessa pesquisa permanecem os mesmos e seguem em posse das entidades que mediam a interlocução com os imigrantes que fazem parte dessa trajetória. É fundamental pontuar que a pandemia do COVID-19 acentuou as desigualdades e que o silêncio e a falta de informação acerca de imigrantes que sobrevivem a diversas situações de escassez ecoam muito alto e afirmam a necessidade de políticas de acolhimento e medidas extraordinárias de cuidado. Produzir subsídios para que isso possa ocorrer é uma das intenções que permeou a realização deste trabalho.

2. INTRODUÇÃO

Quantas formas de existir podem delinear-se nas fronteiras urbanas da cidade? Quantas cidades se fazem existir considerando as muitas produções de subjetividades que aportam no território metropolitano? São perguntas que resultam de novos olhares e sentidos para com a cidade e as pessoas que a habitam. À quem este porto pode-se fazer, de fato, um Porto Alegre? Estas são questões que derivam da pretensão de pesquisar os modos de subjetivação envolvidos na fabricação de territórios existenciais contemporâneos, e as fronteiras invisíveis que se delineiam, criando passagens, barreiras e deslocamentos, tanto no espaço urbano, quanto em imigrantes venezuelanos que fazem, deste porto, uma cidade-refúgio.

A pesquisa de mestrado aqui proposta tem como ponto de partida uma pesquisa maior, na qual se insere, intitulada: “Experiências Urbanas e Produção do Comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância”. Vinculada ao grupo de pesquisa INTERVIRES, esta última objetiva analisar experiências urbanas que convergem na produção do comum como modo de resistência ao capitalismo contemporâneo. Tal pesquisa tem-se dedicado a trabalhar com subgrupos hegemônicos e não-hegemônicos que habitam a cidade de Porto Alegre, a fim de refletir sobre as formas de existir e resistir que nela se produzem. Os modos de venezuelanos habitarem, viverem, (re)existirem na cidade compõem um desses subgrupos, constituindo o foco específico desta pesquisa de mestrado.

Com tais perspectivas de estudo e curiosidades de investigação, adentrei a cidade de Porto Alegre em meados de 2018, ao ingressar no Mestrado em Psicologia Social e Institucional. De acordo com o IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2018), estima-se que a metrópole conte com uma população de 1.479.101 milhão de habitantes. Pergunto-me quem, de fato, é contabilizado nessa estimativa. Aflora em mim a sensação de estrangeira ao andar nas ruas. Observo transeuntes de passos determinados como quem sabe aonde desejam chegar, enquanto eu olho para o mapa da cidade na tela do celular.

O mundo, visto pelo satélite, parece nos dar a dimensão de que não somos muito significantes diante do universo. No entanto, habitamos esse imenso globo das mais diversas formas possíveis, deixando rastros das histórias passadas e recentes através de construções, roupas e linguagens, (entre outras coisas) especificidades que só são possíveis identificar mais de perto. Ao fazer essa aproximação, percebemos o surgimento de “territórios-mosaico” (MBEMBE, 2017), onde as formas de viver são atravessadas umas pelas outras, fruto dos fluxos migratórios.

Dentre os aproximadamente 260 mil venezuelanos que vivem no Brasil atualmente (ACNUR, 2019), um número relevante encontra-se no Estado do Rio Grande do Sul, sendo o segundo Estado brasileiro que mais concedeu autorizações de residência para imigrantes em 2018 (SIMOES, 2017). Dentre os imigrantes venezuelanos que se encontram no Rio Grande Sul, mais especificamente na região metropolitana, nosso grupo de pesquisadores se deparou com pessoas dispostas a contar suas histórias de vida e suas experiências na cidade de Porto Alegre, onde acontece essa pesquisa.

As formas de mobilidade estão imbricadas em um sistema diverso ao longo da trajetória de vida dos sujeitos, na história e nas condições presentes dos lugares. Cada deslocamento é balizado pelas necessidades, imposições, acessos e impedimentos, relacionados ao modo como cada sujeito, individual e coletivo, faz uso dos espaços. A história dos movimentos, é também a história de cada pessoa e de cada território.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, é a cidade que serve de porta de entrada da maioria dos imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil. A chegada dos venezuelanos acontece via terrestre, o que facilita o deslocamento, embora o caminho exija a constante produção de rotas clandestinas, bem como, o desvio de extorsões praticadas, principalmente, por militares. São obstáculos, mas também produção de novas rotas que constituem os sujeitos que migram e ao mesmo tempo produzem novos cenários nos terrenos. Em Porto Alegre, no outro extremo do país, um dos atores que compõem essa proposta de pesquisa detalha, na reunião do Fórum Estadual de Mobilidade Humana: “em Boa Vista, centenas de imigrantes que vivem acampados na praça vêm sendo hostilizados pela população, o que levou a prefeitura a cercar a praça com tapumes. Estes, no entanto, não impedem que os venezuelanos sejam atingidos por pedras e xingamentos jogados e expressos pela população local, mas impede que visualizem, agora, de onde surgem.” São esses os sujeitos que, em breve, aportarão na capital gaúcha em busca de uma nova vida.

O geógrafo Renato Balbim (2016, pg. 27), inspirado em Sorre, afirma que “a circulação, o movimento, é a característica que imprime não apenas os traços e os traçados essenciais das cidades modernas, mas também suas características e suas relações sociais”. Tal afirmação aponta que o movimento, instituídos nos fluxos das cidades modernas, garante a dinâmica da cidade e também das relações sociais o que permite afirmar que os traços impressos na cidade abrem possibilidades de encontros. Assim sendo, a cidade é mediadora, produto e produtora de ações e afetos que se distribuem na cidade através da intensa circulação nesse espaço inevitavelmente compartilhado.

O que diferencia o conceito de deslocamentos e de mobilidade, é que os primeiros contemplam os deslocamentos físicos, enquanto que, o conceito de mobilidade engloba “a ação de deslocar, quer seja uma ação física, virtual ou simbólica, as condições e às posições dos indivíduos e da sociedade” (BALBIM, 2016, pg.27). Envolve, portanto, motivações, esperanças, limitações, imposições, a partir da análise no que concerne às possibilidades reais e virtuais apresentadas pela sociedade, e também em função do lugar de vida onde esta se concretiza. O cenário das disputas pela vida se dá para além das fronteiras desenhadas nos acordos comuns entre soberanos, mas em territórios existenciais. Os territórios são, para Deleuze e Guattari (2012 p. 105) “um ato, que afeta os meios e os ritmos”, assim sendo, os territórios contemplam múltiplos focos de subjetivação, incluindo a materialidade da cidade. Guattari (2012 p. 161), afirma: “a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação.” Sendo assim, é da aproximação construída no encontro de venezuelanos que migraram para a cidade de Porto Alegre que esta pesquisa parte, tendo como foco acompanhar movimentos (des)territorializantes que possam compor os ritmos e desenhos que emergem no meio urbano e nos corpos migrantes.

Bauman (2017, p. 36) afirma que “a cidade é um espaço em que os estrangeiros existem e se movem em estreito contato”. Caminhar pela cidade, incita observar diversas formas de existir no espaço urbano, entre elas: imigrantes forçados e refugiados, para fins deste trabalho, em especial, os venezuelanos. O Ministério da Defesa (2019) calcula que, desde o início do Plano de Interiorização até março do ano corrente, 918 venezuelanos foram conduzidos até o RS, interferindo, significativamente, no cenário urbano de Porto Alegre. Que histórias atacam junto a esses sujeitos quando aqui aportam? Como foram suas trajetórias até aqui? Que cidade se apresenta aos imigrantes e que transformações sua instalação nela produz?

Neste trabalho, a aposta metodológica se faz com os princípios da pesquisa-intervenção, uma vez que se compreende que conhecer, fazer e transformar são indissociáveis (BARROS; PASSOS, 2015). Tal metodologia não se produz de modo prescritivo, mas preconiza uma orientação de percurso, partindo do pressuposto de que não há neutralidade nas escolhas que vão se delineando nessa trajetória investigativa, como se explicitará ao longo da leitura da pesquisa.

Com o caminho metodológico da pesquisa-intervenção em nosso horizonte, nos colocamos à disposição dos acontecimentos e das possibilidades de acompanhar o caminho da pesquisa abrindo-nos às surpresas. Passamos, então, a nos assumir como pesquisadores-estrangeiros em Porto Alegre, embora em circunstâncias diferentes dos imigrantes

venezuelanos. Sendo assim, a análise de implicação (LOURAU, 1993; PAULON; ROMAGNOLI, 2010), tornou-se, para além de uma ferramenta, uma constante demanda de pesquisa que transbordou, de maneira intencional, nos diários de campo.

Adotamos, portanto, os diários de campo como recurso de registro coletivo acerca dos sentimentos e vivências dos pesquisadores ao longo da pesquisa. O diário de campo coletivo, mais do que uma estratégia de registro também operou como instrumento de análise do campo e dos pesquisadores, uma vez que durante a pesquisa nos deparamos com o fato de que éramos, em maioria, estrangeiros em Porto Alegre, tendo experiências singulares, mas que também exprimiam diferenças e aproximações com nossos interlocutores. Dessa maneira, os trechos de diários de campo serão mantidos como forma de tornar públicas as análises de implicação, lapsos e atos falhos, que também se constituem como parte integrante da produção dessa pesquisa (BARROS e PASSOS 2015).

Perseguimos, pois, a proposta de caminharmos junto aos imigrantes na cidade, acompanhando as atividades cotidianas de um grupo de venezuelanos que residem em Porto Alegre, com a finalidade de ofertar atividades, em formato de oficinas, que fossem significativas aos sujeitos que dela participassem. Entendemos que esta seria a perspectiva metodológica a nos apoiar no propósito de examinar a cidade a partir de rachaduras exploradas por autores que são convocados ao longo dessa pesquisa. Assim, a metodologia conduz a reunião de ferramentas que agregam na montagem de mapas que se vão delineando ao longo dos trajetos compartilhados pelos imigrantes venezuelanos em suas diferentes andanças pela cidade. Bricolagem de rastros, memórias contadas em histórias, desenhadas em mapas, guardadas em fotos, cenas, instantes que compuseram esta pesquisa.

Importa, ainda, destacar que, no âmbito desta pesquisa, cidade e subjetividade são concebidas de maneira não dicotômica, uma vez que se compreende que a materialidade urbana, contém, em suas linhas, formas singulares de viver o tempo e dar sentido ao corpo, à alteridade, e a nós mesmos. Nesse sentido, os espaços retomam lembranças, passagens, fronteiras e gestos raramente visíveis (BAPTISTA, 2012). Tais compreensões podem contribuir para se pensar a questão problematizadora desta pesquisa: Como a experiência migratória de venezuelanos para Porto Alegre produz singularidades na cidade e no corpo de quem migra?

Pesquisar singularidades exige um abandono das perspectivas fechadas e do encontro com uma suposta verdade. Corpo e cidade adquirem sentidos e formas únicas aos olhares de cada interlocutor que narra, através de palavras e imagens, pontos estabelecidos em suas trajetórias de vida antes e depois da migração. A partir dessas narrativas, esperamos encontrar desenhos singulares das experiências migratórias e, ao mesmo tempo, propor

deslocamentos do olhar rígido sobre os corpos de imigrantes e dos territórios estabelecidos entre fronteiras.

A migração venezuelana, diferente de outras migrações, adquire pontos de contato específicos no Brasil, principalmente pela proximidade geográfica e pela miscigenação comuns aos territórios latino americanos. Por outro lado, a extensão territorial brasileira garante grandes diferenças culturais e étnicas, delimitando espaços de diferença muito marcados entre a cidade de Porto Alegre, onde se realiza essa pesquisa, e o norte do país, no estado de Roraima, com quem a Venezuela divide suas experiências territoriais.

Experiências corporais e territoriais, atravessadas pela migração forçada da Venezuela para a cidade brasileira de Porto Alegre, estabelecem singularidades aos corpos e à cidade, provocando em ambas transformações que essa pesquisa se ocupou de rastrear.

A trajetória textual, que procura aprofundar as questões até aqui apresentadas, está organizada em três capítulos, sobre os quais farei uma breve apresentação:

O capítulo um, intitulado “Subjetividades Arrasadas, Fronteiras Inventadas”, tem como objetivo introduzir os conceitos e contextos basilares para a pesquisa, como o que entendemos por fronteira e qual a importância de compreender suas faces geográficas e simbólicas. A discussão acerca das fronteiras precede uma tentativa de fazer uma breve análise dos aspectos geopolíticos em que a Venezuela está posicionada e o que conduziu o país à crise econômica, social e política que resultou no processo de migração em massa. Finaliza-se o capítulo introdutório com uma discussão a respeito das políticas migratórias vigentes e as suas articulações frente à realidade atual do país que as recebeu.

O capítulo dois, por sua vez, parte do encontro com as histórias, imagens e mapas compartilhados pelos interlocutores venezuelanos durante a pesquisa. Busca analisar as experiências de venezuelanos com a cidade de Porto Alegre, partindo do entendimento de que não há análise que não seja parcial, portanto de que toda escrita é implicada, e não tem como pretensão dar conta da totalidade do material colhido ao longo da pesquisa. Sendo assim, concentramo-nos neste espaço, em analisar as "fronteiras que produzem o estrangeiro.”

O terceiro e último capítulo tem como objetivo apresentar as categorias construídas, principalmente, a partir das oficinas de fotografias, no sentido de revisitar trajetórias e histórias com eles percorridas, analisando as singularidades construídas por cada um na relação com a cidade.

Neste percurso à espreita de movimentos singularizantes de corpos-cidade-migrantes, a experiência migratória de venezuelanos em Porto Alegre faz-se campo problemático, ao mesmo

tempo em que o corpo-pesquisante-cartógrafa descobre-se estrangeiro em movimentos que desenham novos territórios: acadêmicos, geográficos, afetivos, alegres.

3. SUBJETIVIDADES ARRASADAS, FRONTEIRAS INVENTADAS

Um indivíduo existe nesse mundo; ele existe como corpo, existe como “psiquismo”, mas também existe como reflexo em um espelho, como tema, ideia ou lembrança no espírito de outro, tantas maneiras de existir em outros planos. Nesse sentido, os seres são realidades plurimodais, multimodais; e aquilo que chamamos de mundo é, de fato, o lugar de vários “intermundos”, de um emaranhado de planos. David Lapoujade

A técnica de terra arrasada, utilizada durante a segunda guerra mundial pelos russos, tinha como tática a retirada de civis e militares de um determinado território, com a finalidade de destruir tudo o que houvesse através, principalmente, de explosões e queimadas. Fazer “terra arrasada” significa até hoje destruir, reduzir a pó, com a intenção de dominar um território fazendo dele um espaço completamente hostil. No entanto, a destruição do território também configura a destruição simbólica dos sujeitos que habitam o espaço, uma vez que a cidade é também, um corpo vivo, com suas características arquitetônicas, urbanas e geográficas. Uma cidade-corpo, que molda e influencia visões espirituais e materiais, é como uma pele multisensorial que gera emoções, atrai e causa repulsa, constituindo traços simbólicos da experiência do indivíduo, organizando sua maneira perceptiva e construindo cenários (ROCCA, 2018).

A colonização do Brasil e da Venezuela não teve a terra arrasada como tática de dominação, uma vez que a exploração da terra servia aos interesses próprios dos exploradores. O que não elimina o fato de que o território (indígena) foi transformado em local de exploração da terra e de pessoas, destruindo territórios-cidades e subjetividades, através da mão de obra escrava, da disseminação de doenças, provocando desmatamentos e promovendo tantas outras violências às riquezas locais. Do ponto de vista territorial, cultural e dos modos de vida dos povos tradicionais que viviam nos territórios colonizados, assim como dos negros trazidos para fins de escravização, a colonização corresponde à aplicação da tática de reduzir a pó as diferentes formas de relação com a terra, a natureza e a vida desses sujeitos. Se a expressão “terra arrasada” não é inteiramente cabível ao modo de exploração colonial latino-americano, o processo de destruição operado pelos invasores europeus nesse território pode ser compreendido como produtor de “subjetividades arrasadas”.

Por subjetividades arrasadas referimo-nos aqui às tentativas de anulação das formas de vida que contrastam com as subjetividades hegemônicas mas aquelas que conservam os aspectos patriarcais, racistas e heteronormativos que marcam os processos de expropriação

colonial. Neste sentido, Antônio Quinet propõe o termo “ignoródio” para se referir a subjetivação contemporânea, em que predomina o ódio à diferença. Em tal perspectiva, o Outro é visto como ameaça, devendo ser mapeado e marcado como inimigo. Segundo o psicanalista, essa visão se alinha com a narrativa fascista, destilando ódio contra negros, gays, e uma extensa lista de não-eus que continua a crescer (QUINET, 2021).

Se, de um lado, podemos identificar os operadores da tática de segregação, do outro lado já não é possível capturar as singularidades e a diversidade que compõem os grupos que se tornam alvos da violência. São pessoas de muitas cores, religiões, etnias, sexualidades e origens diversas, mas geralmente de classes sociais menos abastadas. Sendo assim, nesta pesquisa, nos aproximamos dos imigrantes venezuelanos, compreendendo que expressões comumente ouvidas por eles e na imprensa brasileira do tipo: “Volta pra Venezuela” e “O Brasil vai virar uma Venezuela” falavam mais sobre quem opera e perpetua a violência e menos sobre os venezuelanos que aqui estão. Nos importava investigar a potência desses estrangeiros em nosso país, o que poderia explicar tamanha sensação de ameaça.

A geografia da América Latina é marcada, entre tantas coisas, pela memória de indígenas dizimados, de negros escravizados e pela exploração das matérias primas para o enriquecimento unilateral de países europeus. Tais memórias são marcas permanentes da colonização europeia na América Latina, que ecoam, ainda hoje, nesse território através do racismo, violência de gênero e da relação que se estabelece, também, entre quem é do sul e quem é do norte global (ANZALDÚA, 2005; MBEMBE, 2017; KILOMBA, 2019; FANON, 2008).

Venezuela e Brasil fazem fronteira, o que significa que geograficamente são separados por uma linha no mapa, que estabelece um limite de governança e exalta as diferenças políticas, sociais, econômicas e culturais, efeitos de processos históricos que envolvem, inclusive esses elementos. Fronteira é, portanto, um conceito histórico, social e cultural que se refere ao encontro entre dois ou mais países, indica uma zona de integração ou conflito, de acordo com as relações estabelecidas.

O conceito de fronteira encontra-se em constante disputa, uma vez que não se trata de uma paisagem homogênea, sendo utilizada como categoria de conceitualização do Estado-nação, quando se refere a indagações pelas identidades e “culturas”, como natureza regulatória ou porosa. Outra referência usual ao conceito de fronteira está associada a processos migratórios, mobilidades, trânsitos inter e transnacionais de bens, pessoas ou ideias. Um eixo de estudos, que compreende a fronteira como Estado-lei, busca focar a concepção do termo no sistema crime e segurança. Há, ainda uma outra paisagem nos estudos sobre fronteiras que

abarcam a produção de fronteiras internas, neste sentido, aborda-se a relação de ideias de poder, violência estatal e econômica, como fronteira produzida dentro de uma fronteira interna (OLIVAR; PASSAMANI, 2019; HANNERZ, 1997; FALHAUBER, 2001; ALBUQUERQUE, 2010)

Nesse sentido, é possível observar que o termo “fronteira” vai além de uma perspectiva que envolve as discussões acerca do Estado-nação e as relações estabelecidas pelas linhas desenhadas nos mapas. Ao contrário de procurar delimitar uma linha específica para utilizar o termo fronteira, nesta pesquisa procuro manter em aberto as diversas conotações de fronteiras mencionadas acima, considerando que todas estão presentes ao longo das conversas com os interlocutores da pesquisa, sejam estes os autores que ajudaram a aprofundar os estudos, os sujeitos que compartilharam as suas experiências durante o período de campo, ou o grupo de pesquisa mais amplo, a partir dos quais foi possível constituir um campo fértil de ideias e discussões que contribuíram com a tessitura deste trabalho.

Mais importante que procurar apreender o conceito de fronteira, que abarcasse a complexidade desta pesquisa, compreendeu-se que a possibilidade plástica do termo, assim como os acordos que estipulam as linhas que se tornam materializadas no espaço geográfico e simbólico, apontam a fronteira como um instrumento inventado e sustentado pelas formas de gestão e hierarquização de lugares, culturas, pessoas, entre outros.

Assim como não pretendo restringir a compreensão de fronteira, tampouco pretendo demonizar sua existência, uma vez que, por si só, ela não adquire o significado de segregação. Sabemos, entretanto, que a noção de fronteira é comumente associada à aversão ao Outro, como as imagens clássicas que vão desde os arames farpados dos campos de concentração nazista, passando pela polêmica construção do muro na era Trump, até a brutalidade das imagens de crianças e jovens ceutas morrendo nas praias espanholas, enquanto escrevo estas linhas, podem demonstrar. Proliferam os exemplos históricos e atuais da violência infringida àqueles que ousam cruzar as fronteiras materiais e simbólicas que ameaçam identidades hegemônicas (PUSSETTI, 2017).

Como potência, a fronteira possibilita a gestão de uma dinâmica social e política em prol da diversidade das maneiras de vida e cultura, que amplia as possibilidades de existir no mundo, confrontando as perspectivas de unidade e hierarquia, e reconhecendo as múltiplas cores, formas de viver, comunicar e se relacionar com o mundo. Vale ressaltar que tal possibilidade refere-se tanto às fronteiras geopolíticas, como às fronteiras simbólicas, e podem ser observadas, não só entre nações, mas também em metrópoles, a exemplo dos clássicos

bairros chineses que se reúnem em espaço próprio, conservando seus estilos de vida, alimentação e formas de convívio comunitário, em meio a grandes cidades.

Diferente da comunidade chinesa, os indígenas brasileiros não conseguem delimitar suas fronteiras, uma vez que lutam pela demarcação de suas terras, sem sucesso. O que caracteriza o conflito de reconhecimento dessa população, como sujeitos de direito ou simplesmente como sujeitos? A população indígena é uma, entre as tantas populações, que confrontam a perspectiva daqueles que lutam, narcisicamente, pela homogeneização e pelo capitalismo exploratório como única forma de vida (KOPENAWA, 2015).

Através dos exemplos, é possível identificar a amplitude do conceito de fronteira, e lançando mão dessa polissemia do termo, explorar algumas relações identificadas com os interlocutores venezuelanos nesta pesquisa. O percurso cartográfico realizado com o subgrupo de moradores venezuelanos na cidade da pesquisa matriz permitiu identificar certa especificidade na relação desses imigrantes com as fronteiras encontradas tanto geograficamente - nas dificuldades concretas de mobilidade urbana e reconhecimento de lugares que lhes parecessem acolhedores na nova morada -, quanto nas fronteiras simbólicas, experimentadas, por exemplo, nos empecilhos burocráticos para legalizarem suas situações, para acessarem serviços públicos e que vão produzindo efeitos de segregação.

Em termos geográficos, abrir e fechar as fronteiras pode ser compreendido, de maneira mais nítida, como um movimento de conciliação ou desafeto entre os Estados-nação, à exemplo de quando o Presidente Venezuelano Nicolás Maduro decidiu fechar as fronteiras com o Brasil na tentativa de evitar a interferência do país vizinho diante da crise política, social e econômica¹. O fechamento das fronteiras geográficas exacerba um sentido de segregação, afirmada através da seleção e diferenciação entre os sujeitos que podem ou não cruzar as fronteiras, estabelecendo uma relação de conflito entre as os cidadãos que vivem na fronteira. Por outro lado, as fronteiras geográficas abertas permitem tanto a circulação de bens, como a de pessoas, facilitando as trocas entre as culturas, principalmente nas regiões fronteiriças, o que, diante de uma boa relação entre os países, pode culminar na percepção da fronteira como fator de união.

Compreender os efeitos de subjetivação produzidos pela relação com as fronteiras requer que se ressalte os impactos entre as diferentes disposições geográficas e simbólicas, diante delas. Importa considerar que, mais do que um dispositivo jurídico que revela uma relação entre os Estados-nação, as fronteiras interferem no reconhecimento dos sujeitos como

¹ Maduro anuncia fechamento da fronteira com o Brasil: <https://www.dw.com/pt-br/maduro-anuncia-fechamento-da-fronteira-com-o-brasil/a-47621849>

legais ou ilegais, bem-vindos ou não, em distintos territórios, bem como, produzem relações de ameaça, inimizade e hierarquias entre população e países.

O teórico e filósofo Achille Mbembe (2016) afirma que a fronteira, como uma zona árida, ou seja, uma zona de conflito, materializada através do impedimento da circulação e policiamento, produz uma imagem do Outro como inimigo, em uma concepção reforçadora do mecanismo psíquico da fobia. Grada Kilomba (2019), por sua vez, exemplifica, o mecanismo da fobia, que alimenta a segregação, apontando as fantasias de contágio social vividas pelas pessoas brancas na sociedade racista. Segundo a teórica e psicóloga supracitada, as fantasias de contágio social operam a partir das tentativas de regular a distância entre o “eu” e o “Outro”. Tal regulação institui espaços geográficos que não podem ser transgredidos, dada a possibilidade de “contaminação”, como atesta a experiência africana do *apartheid*. A fantasia (delirante) da sociedade racista restringe a circulação daqueles que são considerados os inimigos, e a divisão resultante dessa coreografia segregacionista, apontada pela autora, é resultado do que ela chama de “fronteira ou membrana entre o mundo” que divide o “Nós” e os “Outros” (p.168).

Os tapumes instalados no contorno da praça Simón Bolívar em Roraima, são como uma membrana, de material frágil e fino, que separa mundos. Nessa separação, o que existe no outro lado não pode ser ignorado, pois os sentidos capturam as presenças, sons, cheiros e vozes, capturam também os afetos. No entanto, é nítido, cada lado possui diferentes mobilidades e possibilidade pois, de um lado encontram-se venezuelanos envoltos por essa camada fina e frágil que é, ao mesmo tempo, parece impenetrável². Os tapumes na praça, tinham como objetivo separar concretamente os mundos entre aqueles que deixaram seu país pela fome e pelos conflitos, e aqueles que, nitidamente, queriam esconder de seus olhos a realidade vivida pelas pessoas que aportavam no país vizinho. Os tapumes ali colocados, representavam a fronteira geográfica e simbólica contra o inimigo e, ao mesmo tempo, uma frágil tentativa de negar a humanidade compartilhada com aquelas pessoas que, sem opção, transformaram bancos, gramas, árvores e calçada em uma alternativa de sobrevivência. A prefeitura da cidade de Roraima alegou que os tapumes eram para a “reforma” da praça. Será que “reforma” não foi o nome encontrado para encobrir o medo do contágio desse outro “ameaçador” ? Será que a “reforma” não é uma forma de deixar de ver uma história protagonizada naquele espaço? Kilomba (2019, p.170) afirma que o “isolamento anuncia o racismo”. O que o isolamento de uma praça cercada com imigrantes venezuelanos anuncia?

²<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/02/prefeitura-de-boa-vista-cerca-venezuelanos-com-tapumes-em-praca-e-controla-entrada-e-saida.htm>

Torna-se importante pontuar que os tapumes são fronteiras físicas que materializam a hostilidade, pois, mesmo que a cerca não tivesse sido instalada, ainda assim, os venezuelanos seriam vistos em sua condição de estrangeiros: uma tentativa de definir o não-Eu, que não se parece comigo, como menos legítimo em sua existência e na cidade (MBEMBE, 2016). Um outro exemplo, tão radical quanto o dos venezuelanos cercados por tapumes, é o muro construído entre Estados Unidos e México³, onde a travessia de mexicanos em direção ao país vizinho tornou-se um campo de batalhas violentas, palco de um conflito histórico e mundialmente conhecido.

O que pode nos ensinar, a experiência de viver do lado empobrecido de uma fronteira conflituosa? A autora “chicana”⁴, nascida na fronteira do México com os Estados Unidos, Gloria Anzaldúa (2005 p.705) propõe uma “consciência de fronteira” ou uma “consciência *mestiza*”. Ela afirma: “O trabalho da consciência *mestiza* é o de desmontar a dualidade sujeito–objeto que a mantém prisioneira, e o de mostrar na carne e através de imagens no seu trabalho como a dualidade pode ser transcendida”.

A consciência *mestiza* é um produto de trocas e transferências culturais, é falar a língua, ou as línguas, em um estado de constante transição. *Mestiza* é uma raça híbrida, que não mais reconhece as possibilidades de existir sem o contato com o outro. A experiência que conduz Anzaldúa à proposição de uma nova consciência é atravessada pela luta que ela enfrenta por ser “Nascida em uma cultura, posicionada entre duas culturas, estendendo-se sobre todas as três culturas e seus sistemas de valores” (ANZALDÚA, 2005, p.705).

Segundo a autora, a luta acontece em três dimensões: (1) luta de carne (2) luta de fronteira (3) uma guerra interior. As narrativas que foram sendo compartilhadas ao longo desta pesquisa permitem, muitas vezes, identificar tais lutas. É importante destacar, no entanto, que a experiência dos venezuelanos que encontramos são tão singulares e diversas quanto cada um dos sujeitos com quem conversamos, o que implica um cuidado sempre necessário com quaisquer generalizações. Ainda assim, entendemos que toda singularidade comporta algo de sua coletividade, o que nos permite olhar a cada uma das histórias narradas como parte de uma experiência que é também de muitos imigrantes.

Da mesma forma que reconhecemos as singularidades e diversidades, também encontramos sentimentos em comum, produzindo conexões que foram importantes na produção e análise da pesquisa. Os atravessamentos foram considerados pertinentes, mesmo aqueles que

³Quanto o muro de Trump foi construído na fronteira <https://exame.com/mundo/quanto-do-muro-de-trump-realmente-foi-construido-na-fronteira/>

⁴ Termo com que a própria autora se apresenta (Anzaldúa, 2005)

nos lançavam para longe da zona de conforto, tais como as percepções com as quais escrevemos no diário de campo:

Dizem que tudo na vida é essencialmente transitório, mas, talvez, algumas "identidades" postas por outros e assumidas por nós, são como malas para sempre carregadas, independente das mudanças. Isso não fala só de um imigrante venezuelano, isso fala de mim e fala de você. E eu nunca tinha pensado que "pensar as cidades" é, sobretudo, pensar sobre trânsitos "permitidos" e trânsitos "impedidos" que se referem muito mais à vida do que à rua de um mapa. Do mesmo jeito, eu nunca tinha pensado tanto no peso da pergunta sempre feita a um estrangeiro "De onde você é?". Outrora eu pensei que o estrangeiro era a pessoa que poderia sempre se reinventar, mas agora eu penso que existem várias "estrangeirices" com distintos "talvez" (Diário de Campo 8/05/2018).

Neste trabalho consideramos importante, mais do que perguntar aos venezuelanos: "de onde és?", narrar os caminhos e territórios que constituem parte de seus trajetos como sujeitos e, também, como emigrantes da Venezuela.

1. Territórios em Deslocamento

Quando um sujeito migra, leva com ele todo um mundo que lhe constitui, carregando consigo mais do que o peso do próprio corpo e suas bagagens, carrega consigo todo um território, através dos costumes, linguagens e relações que deslocam-se juntamente com ele, atravessando diversas fronteiras. Pretendo aqui, trabalhar as diversas perspectivas de fronteiras, através da narrativas de deslocamentos desse território venezuelano a partir do contexto histórico e do processo de interiorização de imigrantes.

Tendo em vista que fronteiras podem adquirir diversos significados, como discutimos anteriormente, inclusive significados que são transversais uns aos outros, torna-se importante fazer uma breve análise política da Venezuela e sua relação com o Brasil, levando, também, aspectos históricos acerca da capital de Roraima, Boa Vista, e da capital gaúcha, Porto Alegre. Tais levantamentos têm como objetivo apresentar perspectivas históricas e sociais que, relevantes, via de regra, são negligenciadas ou mesmo apagadas das informações oficiais e midiáticas, criando uma narrativa empobrecida e distorcida acerca do país vizinho e seus cidadãos. Escondendo um passado de violência que emerge diante das questões migratórias no Brasil, este tipo de narrativa reforça a rejeição e tratamento xenófobo com que muitos dos imigrantes venezuelanos têm se deparado em nosso país.

Ressalto que tal análise, não tem como intenção dar conta da complexidade de aspectos políticos e sociais que envolvem a história dos dois países em questão, mas pretende apresentar

alguns elementos que podem contribuir com uma perspectiva menos reducionista acerca dos processos que levam pessoas a abandonarem seus países e aventurarem-se a desbravar territórios outros, em busca de uma vida melhor.

Inspiro-me então em Chimamanda Adichie (2009) que nos alerta sobre o perigo das histórias únicas. Segundo a autora, tais histórias guardam de antemão os lugares nos quais os outros devem se encaixar. São únicas no sentido que se dá ao “tamanho único” como unidade de medida supostamente universal, adequada a todos os tipos de corpos.

Também é importante apontar que a pesquisa realizada não procura se ater a uma região específica da Venezuela e tem uma abrangência geográfica generalista, uma vez que os fatores migratórios não foram individuais ou singulares a uma localidade e concernem a todo o país.

O que procuro afirmar com “territórios em deslocamento” refere-se, tanto às condições de deslocamentos provocados pelas condições sociais, econômicas e políticas, que são vivenciadas em ambos os países, bem como, às possibilidades de deslocar os territórios, para outros espaços, para além das fronteiras geográficas. Nesse sentido, por “território”, considero territórios existenciais, afirmando o caráter polifônico da subjetividade apontado por Guattari (2012, pg. 140):

O alcance do espaços construídos vai então bem além de suas estruturas visíveis e funcionais, são essencialmente máquinas, máquinas de sentido, de sensação, máquinas abstratas funcionando como o “companheiro” anteriormente evocado, máquinas portadoras de universos incorporais que não são, todavia, Universais, mas que podem trabalhar tanto no sentido de um esmagamento uniformizador quanto no de uma ressingularização libertadora da subjetividade individual e coletiva.

Considerar que territórios se deslocam, consiste em conceber que os territórios estão para além das condições geográficas, mas que, por territórios, também podemos entender os aspectos simbólicos, como cidadãos e cultura. Com isso, quero afirmar que, mediante as transformações políticas, os territórios, caracterizados também pelos cidadãos e cultura, deslocam-se, tanto nos aspectos geopolíticos, bem como, multiplicando sua existência, em novos territórios através da migração.

A extensão da fronteira entre Brasil e Venezuela cobre 2.199 quilômetros, sendo que apenas 90 quilômetros são de fronteira seca, e os demais são compostos por rios que, em parte, pertencem ao Brasil e, na outra parte, à Venezuela. Por esta fronteira seca, brasileiros e venezuelanos transitavam rotineiramente entre Pacaraima (BR) e Santa Helena do Uairén (VE), cidades que distam apenas 15 quilômetros entre si. Apesar da complexa relação construída entre Brasil e Venezuela, podemos analisar os movimentos de abertura e fechamento dos espaços

fronteiriços de acordo com as mudanças políticas que ocorreram nos países e as respectivas relações diplomáticas estabelecidas entre eles.

A Venezuela, sob o comando do Tenente-coronel Hugo Chávez, eleito em 1999, tornou-se o país onde houve os maiores avanços na contestação do neoliberalismo e no questionamento do poder dos Estados Unidos, enquanto no Brasil, comparando o mesmo período histórico, apostava em um governo inspirado pelas políticas neoliberais, tendo como presidente Fernando Collor (MARINGONI, 2009).

Apesar das diferentes perspectivas políticas, as relações entre os países vizinhos mantiveram-se diplomaticamente amistosas, principalmente entre o período de 2002 até 2016, quando as lideranças brasileiras, Lula e Dilma, demonstravam afinidades com o presidente Chávez e, posteriormente, com Nicolás Maduro, que assumiu a presidência após 2013, quando seu antecessor faleceu. Foi, então, a partir de 2016, com o processo de impedimento da presidente brasileira em vigor, Dilma Rousseff, quando o governo Maduro reconheceu o impedimento como golpe, que as relações entre Brasil e Venezuela estremeceram. Com a eleição do ultra-conservador presidente brasileiro Jair Bolsonaro, em 2018, e o agravamento da crise econômica que levou milhares de venezuelanos à miséria, acentuaram-se as divergências políticas entre os dois países e o rompimento das relações diplomáticas tornou-se inevitável.

A despeito das relações conturbadas dos países vizinhos, após 2016, a circulação de pessoas e mercadorias entre eles mantiveram-se sem barreiras até fevereiro de 2019, quando o presidente venezuelano em exercício anunciou o fechamento da fronteira, na tentativa de impedir principalmente, as ameaças de intervenção militar externa no país⁵.

Destaca-se que Maduro fechou a fronteira com Brasil e, também, com a Colômbia em fevereiro de 2019, na tentativa de evitar interferências externas no país, impediu também o auxílio através de ajudas humanitárias, que faziam a distribuição de comida e itens básicos aos venezuelanos já empobrecidos pela crescente crise. O que, aparentemente, era compreendido por Maduro como uma aliança com o então Presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, durante o mês de janeiro desse mesmo ano, tornou-se uma profunda ruptura institucional, quando este se autodeclarou Presidente da Venezuela, sob a chancela e proteção do presidente Donald Trump e seguidores (incluído entre eles o presidente do Brasil), o que agravou ainda mais a crise política interna, bem como as relações diplomáticas já fragilizadas entre Brasil e Venezuela.

⁵ <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47325201>

Enquanto Guaidó procurava a validação do seu poder, Nicolás Maduro dançava publicamente nas ruas de Caracas, comemorando o encerramento da Assembleia Internacional dos Povos. No dia 23 de fevereiro de 2019, as fronteiras da República bolivariana da Venezuela explodem, literalmente (UOL, 2019). Na fronteira com a Colômbia, caminhões com alimentos e produtos de primeira necessidade são bombardeados, fazendo com que a população tente, desesperadamente, salvar o que consegue em meio ao fogo. Durante esse evento, muitos soldados acabaram por deixar a Venezuela, no mesmo momento em que, na fronteira com o Brasil, centenas de venezuelanos cruzam a divisa entre os países, passando a viver nas ruas da cidade de Pacaraima e Boa Vista no estado de Roraima.

De acordo com a Agência da ONU para Refugiados, a ACNUR, o fluxo de venezuelanos é o maior êxodo da história recente da América Latina, e conforme notícia divulgada em janeiro de 2020, o Brasil é o país com maior número de refugiados venezuelanos reconhecidos no sul da América (ACNUR, 2019). Porém, em março de 2020, Jair Bolsonaro sinalizou o fechamento parcial da fronteira, delimitando que apenas mercadorias poderiam circular entre os países.

O anúncio⁶ teve sua justificativa embasada na pandemia de COVID-19 e, embora o fechamento de fronteiras tenha se configurado como uma estratégia comum entre vários países, para conter a disseminação do vírus, a leitura que se pode fazer em relação a atitude do presidente em exercício, é mais ampla do que a justificativa verbalizada, uma vez que afirmou anteriormente que o fechamento não ocorreria em função do que ele chamou de “histeria”⁷ ao se referir às preocupações com a pandemia.

Apesar das justificativas verbalizadas por Bolsonaro, o anúncio não foi surpreendente: desde o final de 2017 a crise econômica na Venezuela aprofundava as desigualdades sociais levando muitas pessoas a migrarem, sendo que, durante o ano de 2018 a migração foi ganhando proporções gigantescas, chegando a 4 milhões de pessoas que deixaram o país entre o período de novembro de 2018 até maio de 2019, de acordo com a ACNUR e a OIM (2018).

Os venezuelanos que migraram para o Brasil recentemente, o fizeram por diferentes maneiras, alguns pela rota oficial, outros por rotas não oficiais. De acordo com Rodrigues (2006), a rota que liga Santa Elena do Uairén à costa e ao centro do país é ostensivamente vigiada pelas “alcabalas”⁸, postos de controle militar que realizam a cobrança de impostos ao longo do trajeto transfronteiriço. Em diálogos que aconteceram durante a pesquisa, não eram

⁶ <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/03/18/fronteira-do-brasil-com-a-venezuela-e-fechada.ghtml>

⁷ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/17/bolsonaro-anuncia-fechamento-parcial-da-fronteira-do-brasil-com-a-venezuela.ghtml>

⁸ O termo refere-se ao imposto que, na antiguidade, os vassallos deveriam pagar aos senhores feudais

raras as falas que demonstravam preocupação em relação à propina cobrada, e um planejamento financeiro para cruzar a fronteira.

Do outro lado da fronteira, a vigilância ou fiscalização era feita em momentos específicos ou esporádicos, mediante a apresentação de documento de identidade e a carteira de vacina (RODRIGUES, 2006). Sendo assim, acumulavam-se dificuldades para os imigrantes mesmo após o ingresso no território brasileiro, além da preocupação com as formas de deslocamento, alimentação e demais necessidades no percurso até Pacaraima e Boa Vista.

Embora a travessia da fronteira e o acesso às cidades brasileiras, diante das dificuldades vivenciadas pelo caminho, seja um indício de bom presságio - ou pelo menos um descanso - faz-se importante jogar luz sobre as cidades que são as primeiras a sentir o passo dos pés cansados de venezuelanos e suas histórias.

Roraima é o Estado com a menor densidade populacional por km² no Brasil, de acordo com o IBGE (2018), e de acordo com a International Organization for Migration - IOM (2018), entre os indivíduos mais vulneráveis no Estado, estão as mulheres imigrantes. Pacaraima é a cidade que faz divisa com a Venezuela, cercada por serras e com muitas comunidades indígenas, embora seu nome seja herança das referências indígenas a fundação da cidade está ligada à demarcação do Exército Brasileiro. Região conhecida pelo garimpo, atraiu colonizadores que intensificaram o fluxo de pessoas, mesmo sendo uma cidade pequena, com aproximadamente 17 mil habitantes. Pacaraima está a aproximadamente 200km da capital do Estado, Boa Vista.

A capital de Roraima, Boa Vista, tem sua germinação a partir do Rio Branco, o principal rio do Estado. Ali, conta os registros históricos, que se desenvolveu um pequeno vilarejo que muito tempo depois viria a ser considerada uma cidade que, atualmente, não se distingue de outras grandes capitais brasileiras quanto a gentrificação e o intenso processo de urbanização. Lazaro Batista (2019), aponta para a produção de uma história oficial, na qual a cidade tem início a partir da incursão de “pioneiros”, e a história apagada e sufocada dos povos indígenas que foram torturados e dizimados: “O rosto metálico, sério, respeitoso, lembrava emoções estranhas ao seu povo; lembrava portugueses, holandeses, franceses. O cheiro de selva deu lugar ao perfume europeu. A cabeça e a postura corporal envergavam solenemente presenças invisíveis”. (BATISTA, 2019 p.86)

O trecho citado, desenha o rosto de um indígena, descrito por Batista (2019) como Makunaima, petrificado em um painel que conta uma versão da história de Boa Vista do Rio Branco, onde os chamados “pioneiros” aparecem montados em seus cavalos e protegidos por

suas armaduras, enquanto os indígenas mostram-se acuados posicionados nas costas do índio que tem os braços cruzados e as feições mais comuns aos europeus.

O painel inerte, petrificado, exposto ao público, não é coincidência do acaso, ou uma forma ingênua de contar a história. O painel, fala da manutenção do poder daqueles que, como os pioneiros, continuam montados em seus cavalos e com as armaduras de sua época, que permanecem com as rédeas do controle, ou ditando quais instituições detém as forças, sejam elas a igreja, os militares ou a economia. Passado que se faz presente através de símbolos.

A cidade de Porto Alegre, por sua vez, capital do Estado localizado no extremo sul do Brasil, é território de intensa circulação urbana, local de herança colonial e ao mesmo tempo de resistência, transformação e combate dessa herança que continua a produzir violências. Cidade que tem, por um lado, o pôr do sol no Rio Guaíba como referência de cartão postal, e, por outro lado, a disputa pelo espaço no trânsito e na moradia, muitos prédios e apartamentos desocupados, e muita gente sem casa, morando nas ruas. Cidade de movimentos sociais e da burguesia. Cidade de festas de rua, de ciclistas, de condomínios de luxo. Cidade que tem em si muitas cidades, e que também é cidade de quem não é nascido nem nesse porto nem nesse país, como o caso dos venezuelanos que aqui chegam.

Destaco aqui que, o estado do Rio Grande do Sul, é comumente associado com a colonização europeia e, em decorrência dessa associação há um constante apagamento da participação de negros e negras na construção do estado e das suas cidades. Tal, além da nítida valorização dos aspectos europeus, podem ser observados, a partir das narrativas acerca de várias construções na cidade.

Entre os exemplos desse apagamento na cidade, destaco a mudança de nome de um dos principais parques da cidade, originalmente conhecido como Redenção, em referência ao campo de redenção que homenageava os negros pela luta em prol da libertação, teve seu nome mudado para Parque Farroupilha, após a chamada Revolução Farroupilha. Há ainda outros exemplos, como a Praça da Alfândega, originalmente conhecida como Praça das Quitandeiras, onde a população negra se encontrava e trabalhava, ou mesmo a constante associação do negro à escravização e a estereótipos pejorativos, como é o caso da lenda pela qual a Igreja das Dores ficou conhecida, como fruto da maldição rogada por um escravo que atrasou os planos de conclusão da obra por ter sido pego roubando joias do local (BONETTO, 2018).

Essas narrativas compõem a subjetivação da cidade apontando para a valorização de uma cultura e uma produção muito específica, que é a Europa e tudo que alude ao europeu. Mais do que a perspectiva eurocêntrica aponto aqui, como proposto por Boaventura de Souza

Santos, a valorização daquilo que remete ao Norte global, fruto de uma linha de pensamento abissal:

Essa divisão cria dois mundos de dominação, o metropolitano e o colonial, dois mundos que, mesmo sendo gêmeos, se apresentam como incomensuráveis. O mundo metropolitano é o mundo da equivalência e da reciprocidade entre “nós”, aqueles que são como “nós” que são suscetíveis de criar tensões e exclusões. (Santos, 2019, p. 43).

Apontar a existência desses mundos, colonial e metropolitano, consiste em apontar uma divisão entre um “nós” e um “eles”, viabilizando as linhas que congregam e segregam, como parte da história dos territórios. Sem esse apontamento a história do território não só é empobrecida, mas também reduzida.

A princípio, esses elementos, como pequenas fotografias da cidade de Porto Alegre, parecem quase paradoxais. Mas, não seria a cidade, justamente o espaço dos paradoxos e das diferenças? O espaço democrático que, durante muito tempo, teve a praça como símbolo da pólis? A cidade reúne a diferença e os paradoxos de tantas subjetividades se cruzando, dispersando, aglomerando em uma determinada faixa de terra, das ruas, da língua, das condições de vida e das políticas estatais.

A cidade abriga a diferença entre grupos distintos, bem como a heterogeneidade de experiências entre aqueles que são marcados por traços de um comum. No caso do grupo de imigrantes que se tornaram sujeitos desta pesquisa, o deslocamento da Venezuela para o Brasil, em um momento de intensa crise migratória no seu país de origem, e a decisão de viverem na cidade de Porto Alegre, compunha um desses traços.

Os autores Hardt e Negri (2016) apontam para a cidade como uma fábrica de produção do comum, entendido como uma composição de linguagens, imagens, conhecimentos, afetos, códigos, hábitos e práticas. A cidade, inserida em um ciclo biopolítico, é também o imprevisível e o encontro com a alteridade. Nesse sentido, os autores apontam a cidade para além de um espaço de compartilhamento entre os semelhantes. A cidade é também o estranho, o contraste. O efeito dos racismos e segregações que ainda vigoram em metrópoles contemporâneas podem ser compreendidos, a partir daí.

Todas as metrópoles contemporâneas são “patológicas” no sentido de que suas hierarquias e divisões corrompem o comum e bloqueiam os encontros benéficos através de racismos institucionalizados, segregações entre ricos e pobres e várias outras estruturas de exclusão e subordinação. (Hardt; Negri, 2016, p. 259).

Considerando, portanto, os apontamentos de Hardt e Negri (2016) sobre a produção do comum nas cidades e as suas condições “patológicas” contemporâneas, compreende-se que as

fronteiras constituem elementos fundamentais para a relação que se estabelece no encontro com o estrangeiro.

Baeninger (2018) afirma que a permeabilidade das fronteiras brasileiras, contribui para a inserção do país nas rotas de migração transnacional, se diferenciando pelo protagonismo nas migrações Sul-Sul, mas também pelas novas articulações entre fronteira e metrópoles. Essas articulações passam a ser cada vez mais integradas por uma rede migratória de dimensões transnacionais (DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2018).

Tal afirmação tem como base as informações censitárias disponibilizadas principalmente pela Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRE) que, mesmo com a dificuldade de acompanhar as intensas mudanças nos fluxos migratórios, permite observar a transformações de algumas das metrópoles brasileiras, levando em conta as características de suas populações e um perfil mais específico dos imigrantes que a acessam. Percebe-se, por exemplo, que a maioria dos imigrantes venezuelanos que estão em Porto Alegre chegaram de avião, indicando uma certa seletividade desses imigrantes, seja pelo valor da passagem aérea, seja pelo fato de que a fiscalização nos aeroportos exige mais documentações.

Historicamente, entre os anos 2004 e 2007, a Venezuela viveu um período de ascensão de sua economia, fruto da exploração do petróleo, que justificou a chegada de muitos imigrantes àquele país com sua promessa de se tornar uma grande potência econômica (MARINGONI, 2009). O país possui uma entre as maiores reservas naturais de petróleo no mundo, e ao longo do governo de Nicolás Maduro, esta *commodity* passou a ser a principal fonte de sustentação econômica do país. A relação estabelecida na fronteira com o Brasil podia ser, à época, classificada como amistosa, uma vez que, tanto brasileiros, como venezuelanos tinham livre circulação entre os dois países e transitavam, como é muito comum em diversos países e estados que têm suas fronteiras abertas, principalmente em busca de produtos mais baratos.

Sendo assim, embora a circulação de brasileiros e venezuelanos, nas regiões fronteiriças, fosse corriqueira e apesar da proximidade física entre os dois países, o Brasil não se delineou, ao longo da história, como destino privilegiado de emigração dos venezuelanos. Nesse ponto, é importante ressaltar que as referências encontradas ao longo desta pesquisa não apresentam os cidadãos venezuelanos como uma população com ampla história de migração ou deslocamentos, mas como um polo de atração de imigrantes em busca de trabalho e oportunidades, havendo uma drástica mudança nos últimos anos (OTERO; TORETELLY; RODRIGUES, 2018). Isto nos leva a perceber a migração em massa dessa população para o Brasil, ocorrida, fundamentalmente, a partir de 2015, como fruto de eventos recentes, por motivos econômicos, falta de acesso a alimentos e serviços médicos. Tal cenário caracteriza,

também, uma condição nova, tanto para o país que os acolhe, quanto para os próprios imigrantes que nele aportam. Gilberto Maringoni (2009) expõe que, quando se fala da saída de venezuelanos do seu país, o destino tradicionalmente mais procurado era a Colômbia, escolha justificada, entre outros motivos, pela facilidade da língua espanhola.

Considerando, portanto, as mencionadas características históricas de migração de venezuelanos pode-se observar que elas evidenciam as transformações sociais, históricas e culturais de um povo. Entre as transformações destacam-se os novos modos de viver que, a partir de agora, passam não apenas a incluir deslocamentos em massa, mas também a construir novas rotas de deslocamento, uma vez que passam a ser considerados como “um problema” migratório.

A migração venezuelana, vista como uma questão problemática, é uma experiência recente e diretamente relacionada à geopolítica internacional, com as devidas consequências políticas e econômicas de um país que se tornou quase que exclusivamente dependente de uma única fonte de receita: o petróleo. A queda do valor desta commodity no mercado internacional, devidamente provocada pelos interesses norte-americanos na exploração das riquezas naturais daquele território, provocou uma tal crise econômica que levou ao desabastecimento de itens de necessidades básicas como alimentos, produtos de higiene e afins. Tal situação leva a população a, gradualmente, deixar o solo venezuelano, uma vez que o país se encontra desabastecido e com produtos de primeira necessidade a preços altíssimos. Assim, a onda de migração torna-se cada vez maior provocando uma intensa repressão por parte do governo de Nicolás Maduro, impondo um regime de exceção àqueles que ficam e procurando restringir a saída dos seus cidadãos.

Um regime de exceção é caracterizado pela imposição da lei de maneira arbitrária, em que a população tem seus direitos suspensos e a vontade do soberano é imposta por meio da violência, onde aqueles que desobedecem às decisões são vistos como inimigos. O estado de exceção, de acordo com Agamben (2004) já não é uma ação temporária, mas uma forma de governo. Os eventos posteriores a 2015, uma vez que as condições de migração atual, configuram-se em um momento de exceção, onde as escolhas não dependem, necessariamente, dos desejos dos sujeitos que deixam o país, por condições “individuais”⁹, mas de uma série de

⁹ Por condições “individuais” quero me referir às decisões de migração que não são justificadas por questões sociais, econômicas ou ambientais, que conduzem a um deslocamento forçado, entretanto, o uso das aspas pretende assinalar que nenhuma migração é rigorosamente individual, uma vez que depende de uma série de condições políticas e, muitas vezes, é fruto de condições adversas.

condições econômicas, políticas e ambientais que podem ser compreendidas como condições forçadas de migração.

Baeninger (2018), aponta que as migrações Sul-Sul, onde se incluem, portanto, a migração Venezuela-Brasil, não é a migração desejada, mas a migração possível, mediante as possibilidades de documentação, uma vez que as migrações para os Estados Unidos e Europa vêm sendo cada vez mais restritas.

As condições forçadas, tendem a promover um deslocamento com características específicas, uma vez que podemos associar mais com uma situação de sobrevivência, do que uma situação em que é possível planejar uma saída em melhores condições. Nesse caso, os destinos escolhidos de milhares de imigrantes venezuelanos, passam a desenhar-se a partir das condições de possibilidade, mais do que com os desejos e planejamentos possíveis. Nesse sentido, alguns pontos adquirem um peso importante para a escolha do destino, tais como: proximidade geográfica, rede de contatos com outros imigrantes, possibilidade de fuga em grupo ou até mesmo, relatos de sucesso referentes à migração.

Isto não é equivalente a afirmar que o Brasil é um destino indesejado aos venezuelanos, mas as histórias narradas pelos sujeitos escutados na pesquisa, bem como as notícias veiculadas pela BBC¹⁰ e pela DW¹¹, por exemplo, e algumas pesquisas sobre o tema (OIM; 2018) permitem afirmar que o recente fluxo migratório para o Brasil poderia até ser um desejo, ou um plano de vida de muitos dos que aqui estão. No entanto, frente às escassas opções de mobilidade e a tantas determinações que os expulsaram da Venezuela, o Brasil nunca aparece nas narrativas como a primeira escolha, mas sempre como uma sobredeterminação de fatores externos a eles, alheios a suas vontades.

Entendemos que, entre os fatores que contribuem para que o Brasil não esteja entre o destino desejado entre os venezuelanos, o não reconhecimento de si dentro da cultura, da língua e das formas de constituição das relações, aliado à migração forçada, são aspectos importantes para uma disposição entre os sujeitos e o território.

Eu já me bati no espelho algumas vezes e, em várias destas, pedi desculpas a mim mesmo, pois não me reconheci. Isso se passa comigo que nunca precisei, forçosamente, tornar-me outro. Eu, que posso fingir que sou eu mesmo, ando na rua olhando para trás e sinto sobressaltos com pequenos barulhos, pois penso que estou sendo perseguido. Imagine um estrangeiro que deixou um eu confortável para fugir pra um lugar que ninguém quer escolher. Afinal, ninguém quer vir pra cá. Ele disse

¹⁰ Portal de notícias: <https://www.bbc.com/pt-br/brasil-45251779>

¹¹ Portal de notícias: <https://www.dw.com/pt-br/mais-da-metade-dos-venezuelanos-n%C3%A3o-quer-ficar-no-brasil/a-43573315>

com todas as letras "*Ninguém quer vir para o Brasil*". O que há de tão ruim nesse país que *ninguém* quer vir pra cá? Diário de Campo 8/05/2018

A constatação de que a relação que os venezuelanos estabelecem com o Brasil não é de uma escolha privilegiada permite defini-los como migrantes forçados. A fim de explorar as condições constituintes do encontro dos imigrantes venezuelanos com o território brasileiro, para delinear os processos de subjetivação que permeiam tanto os sujeitos quanto a própria arquitetura da cidade, lançamos mão da compreensão do esquema hilemórfico da individuação, tal como proposto por Simondon (2020).

O autor considera que o indivíduo é engendrado pelo encontro de uma forma e de uma matéria. Forma e matéria, mais do que um processo que demanda uma atividade de moldar, são forças que necessitam de mediação, entendida como a vida social. A individuação seria, portanto, o resultado do esquema hilemórfico que garante a adaptação do sujeito a uma cultura determinada.

Essa operação de individuação permite compreender a forma como uma força ativa, um ato ou uma atuação; e a matéria, como um elemento passivo, uma potência. A importância da caracterização de forma e matéria, dá-se em função de que, segundo Simondon (2020, p. 59): "A distinção entre a forma e a matéria, entre a alma e o corpo, reflete uma cidade que contém cidadãos por oposição aos escravos". Para o autor, portanto, não é pelo corpo (matéria) que o indivíduo se torna cidadão (forma), ou que passa a participar de juízos coletivos e crenças comuns, já que "a alma se distingue do corpo assim como o cidadão do ser vivo" (p.59).

Tal afirmação joga luz à situação dos imigrantes venezuelanos no Brasil, uma vez que o corpo desses imigrantes no novo território, não é um corpo reconhecido como cidadão. Entretanto, mediante o colapso social, econômico e político da Venezuela, tampouco experimentam tal condição em seu país de origem. A migração forçada, nesta perspectiva, impõe a perda de um local no qual seus corpos constituíram-se como matéria-forma cidadão. No novo território, entretanto, o corpo-estrangeiro parece adentrar apenas em sua condição de matéria, como o excerto diarístico permite depreender:

Estrangeiros que vieram pra cá em circunstância muito peculiares (as quais eu mais imagino do que sei com exatidão) falam sempre do seu país de origem. Parecem viver cotidianamente em seu país de origem... a saudade de sua terra... a ausência está sempre presentificando tudo daquele país que pode ser carregado na bagagem virtual desta gente. Foi isso, também, que me fez pensar que os estrangeiros querem "voltar pra casa". Mas, nesta entrevista, o imigrante venezuelano no Brasil há mais de cinco anos, afirmou: - "Os venezuelanos que estão chegando querem ficar." Ou eles querem voltar a um país que não existe mais". Diário de Campo 8/05/2018

Simondon (2020) afirma que a formação do conhecimento se dá de maneira problemática “a partir de uma primeira unidade tropística, par de sensações e tropismo” (p.25), características que são orientadas na relação com o meio externo e que constituem a realidade e definem-se historicamente. Tomando-se o conhecimento como um elemento recheado de sensações e relações externas, torna-se pertinente pensar que a maneira como os imigrantes venezuelanos passam a conhecer o país e a cidade que os recebe, implica um trabalho subjetivo de reconhecimento de si que demanda, também, o reconhecimento do Outro-sujeito e do Outro-Estado.

A recente migração venezuelana para o Brasil ocorre mediante acontecimentos traumáticos que exigem o aprendizado de novas formas de produzir e apreender a realidade. Os corpos de venezuelanos na Venezuela, dentro de suas fronteiras, adquirem a forma de cidadãos de seu país, pelas linguagens, hábitos e códigos que lhes constituem e lhes tornam pertencentes a um determinado território, território que, por sua parte, lhes apresenta ao mundo, a partir de uma relação com sua terra.

2. Imigrantes venezuelanos, muito além da interiorização

Devido ao impacto da crise política, econômica e social na Venezuela, abordada anteriormente, muitos países, principalmente da América Latina, passaram a identificar a entrada e trânsito de um número crescente de venezuelanos a partir de 2016. Entre os países da América do Sul, que receberam venezuelanos, destacam-se a Argentina, Chile, Peru e Colômbia, havendo registros de aumento relevantes, também, no Equador e na Costa Rica (OTERO, TORELLY; RODRIGUES, 2018).

A diversidade de destinos dá pistas sobre a diversidade de imigrantes venezuelanos, seja em classe social, cor, profissão e escolaridade. Diversidade que, desde os primeiros contatos com as instituições de acolhimento e assessoramento de imigrantes, foi possível identificar. Os primeiros contatos com venezuelanos em Porto Alegre, aconteceu através do Fórum de Mobilidade Humana, fórum que reúne entidades e pessoas que atuam nas frentes de atenção aos imigrantes na capital. A partir do contato feito por e-mail com as entidades do Fórum, apresentamos o projeto de pesquisa-intervenção, ainda em aberto, com a intenção de trabalhar com imigrantes, de acordo com as possibilidades de parceria e interesse das instituições. Foi assim que entramos em contato com a Avesol (Associação do Voluntariado e da Solidariedade), que acolhe e assessora imigrantes na cidade de Porto Alegre. O e-mail com manifestação do

interesse da Avesol em firmar uma parceria com nosso grupo de pesquisa nos encaminharia diretamente ao projeto Araguaaney.

O projeto Araguaaney foi delineado e é coordenado por um venezuelano que vive em Porto Alegre há muitos anos. O projeto teve como ponto de partida um grupo de *whatsapp*, no qual imigrantes da Venezuela se comunicavam, trocando ideias sobre seus parapeiros, suas famílias e todo processo de adaptação à cidade. A partir desse grupo, Gustavo Chacón, venezuelano que tem um papel fundamental na estruturação do projeto, passou a construir os vínculos entre os venezuelanos e a associação. De acordo com a Avesol, o projeto Araguaaney se caracteriza por atendimentos gratuitos no âmbito de demandas individuais e coletivas de migrantes, atuando no sentido do acolhimento e assessoria. O coordenador do projeto tornou-se o principal interlocutor desta pesquisa, bem como construiu as pontes que nos permitiram entrar em contato com outros imigrantes que comporiam esta pesquisa, nos contemplando com seu tempo e suas histórias sobre o processo de tornar-se habitante de Porto Alegre, durante os encontros entre imigrantes venezuelanos, promovidos pelo projeto Araguaaney.

Foi, portanto, a partir dos encontros promovidos pelo projeto Araguaaney e as diversas reuniões com o coordenador do projeto, que passamos a nos aproximar das questões que tomam os corpos dos imigrantes venezuelanos na cidade. Nesses encontros, passamos a identificar que, embora o processo de interiorização, que vou abordar adiante, tenha contribuído para um grande fluxo de imigrantes venezuelanos no Brasil, de maneira geral, o grupo de venezuelanos que se dispôs a compartilhar suas experiências não acessou a cidade de Porto Alegre através da interiorização.

O contato com um grupo de venezuelanos que está em Porto Alegre, mas que não chegou à cidade por meio da interiorização, nos fez levantar algumas questões: será que acessamos um grupo que não corresponde à maioria dos venezuelanos que estão na cidade? Será que o fato de sermos nós, pesquisadores, majoritariamente brancos, teria contribuído para uma aproximação de um grupo específico? Enquanto as mais diversas plataformas anunciavam as chegadas de venezuelanos, através do processo de interiorização, me perguntava onde estavam esses imigrantes nelas referidos. Muitas questões abriram-se a partir dessa pergunta, como por exemplo: estariam os venezuelanos acessando o projeto Araguaaney? O que a ausência de relatos, em primeira pessoa, sobre a interiorização nos apontava?

Dentre as tantas questões que surgiram, muitas delas dissiparam-se ao longo dos encontros no pátio da escola, onde grupos de venezuelanos de Porto Alegre e região, reuniam-se. Encontramos lá, pessoas que chegaram pela interiorização, mas que não tinham interesse

em falar sobre o assunto. Mas, percebemos que o grupo de venezuelanos não era homogêneo e que, tinham histórias de chegadas, experiências e interesses muito diversos.

Embora a diversidade de experiências entre os imigrantes venezuelanos seja notável, os debates jurídicos que tornaram-se protagonistas dos jornais, principalmente durante o ano de 2018, contribuíram para uma certa homogeneização das condições dos imigrantes, e também, para alimentar discursos de ódio aos imigrantes. Sendo assim, faz-se necessário aprofundamento acerca das questões jurídicas que permearam, e ainda permeiam, o imaginário homogeneizante e os discursos de rechaço e violência.

Desde 2016, o Brasil tem sido um dos países de destino e trânsito de venezuelanos, números de venezuelanos registrados pelas autoridades migratórias brasileiras contabilizam mais de 60 mil pessoas que obtiveram autorização de refúgio no país, até maio de 2018. Com o número expressivo de imigrantes venezuelanos adentrando o Brasil pela via terrestre, onde o estado de Roraima é a porta de entrada destes sujeitos, observou-se uma situação desafiadora uma vez que muitos imigrantes encontram-se em situação de vulnerabilidade que as autoridades brasileiras têm capacidade limitada de fornecer respostas adequadas a esse fluxo. Diante dessa situação o Governo Federal editou medidas provisórias 820/20185 (BRASIL, 2018a) e 823/20186 (BRASIL, 2018b) e o Decreto 9.286/20187 (BRASIL, 2018c), que tornaram-se tardias e insuficientes na visão do governo de Roraima que por sua vez solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o fechamento da fronteira com a Venezuela (RORAIMA,2018) – (MILESE; COURY; ROVERY, 2018)

A retórica escolhida pela governadora do Estado de Roraima, corrobora essa compreensão, quando em 4 de dezembro de 2017 ela publica o decreto nº24.469-E, declarando "situação de emergência por intenso processo de imigração, ocasionado pela crise social-econômica na Venezuela". A declaração do estado de emergência nesse caso, é apontado mais como uma performance de desastre, do que como uma resolução de fato, isso porque, desde 2016 já haviam sido deportados centenas de imigrantes venezuelanos que buscavam refúgio em Boa Vista, ressaltando a adoção de modelo prioritariamente securitário. Nesse sentido, o decreto procura legitimar a adoção dessas medidas que colocam os imigrantes expostos a condições de violência (RUSEISHVILI; CARVALHO; NOGUEIRA, 2018).

A narrativa construída pelo governo de Roraima no decreto mencionado, deixa explícita a intenção de responsabilizar os imigrantes venezuelanos por problemas estruturais, presentes no Estado de Roraima bem antes do aumento do fluxo migratório. A exemplo do suposto aumento da criminalidade, tráfico de drogas e armas, silencia-se o problema crônico, não só do

Estado de Roraima como do Brasil, culpabilizando os imigrantes que ingressam no território por problemas de longa data.

Outro argumento para justificar o fechamento da fronteira é o “risco de epidemias”, nesse caso, os dados demonstram o aumento de doenças como malária e sarampo. Sabe-se que a Venezuela vive, de fato, uma epidemia de sarampo, entretanto, visibiliza-se a redução de investimentos do Ministério da Saúde quanto a vacinação e os cuidados necessários para a erradicação. Importa, ainda, ressaltar, como tais argumentos baseiam-se em discursos xenófobos, uma vez que coloca a culpa no outro, bem como, sugere que a solução das dificuldades seria a exclusão e o distanciamento desses (MILESE; COURRY; ROVERY, 2018).

Estima-se que a entrada de venezuelanos no Brasil, já supera a dos haitianos, que chegaram de maneira intensa há cerca de 7 anos atrás. Percebe-se que parte dos venezuelanos, diferente dos haitianos, decidem estabelecer-se na região de fronteira, em particular em Boa Vista (SIMÕES; ROCHA; 2018), sendo que, tal decisão, implicou a necessidade de transformar a forma como o Estado de Roraima estava lidando com a chegada e permanência dos imigrantes.

Conforme notícias e artigos, as primeiras medidas de acolhimento aos imigrantes aconteceram no início de 2017, com a criação dos primeiros abrigos em Boa Vista. Aqui é importante destacar que os primeiros alojamentos foram estruturados a partir de medidas tomadas pela vara da infância e juventude, devido ao número elevado de crianças que migraram acompanhando seus responsáveis. Após as primeiras medidas foi possível observar a responsabilização estatal em relação aos imigrantes, de forma a assegurar uma política específica para atender as condições da população, de brasileiros moradores do estado de Roraima e de imigrantes, ao invés da manutenção da posição voltada à securitização, através de violência e deportação.

Foi a partir dessa mudança, em 2018, que foram iniciadas as atividades para o que passaria a ser denominado “processo de interiorização”, que conduziu imigrantes venezuelanos para diversos locais do Brasil, incluindo Porto Alegre. Como falado anteriormente, a interiorização, na modalidade escolhida no Brasil, é chamada, também, de “migração dirigida”, sendo os custos e a escolha do destino de responsabilidade do governo brasileiro. De acordo com Coronel Kannan, Major Tássio e o 2º Tenente Sidmar (2018), os venezuelanos que chegavam por via terrestre passam por um posto de triagem, que coleta informações e regulariza as questões legais e sanitárias, fazendo o acompanhamento desde a chegada até o deslocamento final que, segundo ele, segue critérios acordados com estados, envolvendo, por exemplo, a disponibilidade de emprego nos locais de destino.

O primeiro voo que conduziu imigrantes venezuelanos para o Rio Grande do Sul, de acordo com as notícias veiculadas por um jornal local¹², foi em cinco de setembro de 2018. De acordo com o noticiado, os venezuelanos tinham como destino a região metropolitana, tais como Canoas, Alvorada, São Leopoldo e Gravataí, e não a capital do RS. Este é um dado relevante, uma vez que muitos venezuelanos que conhecemos nos encontros promovidos pela pesquisa e que chegaram ao RS através da interiorização, tinham residência nessas regiões e traziam histórias de violências e desamparos vividas neste percurso migratório.

“Olhem aquela menina ali!”, disse o coordenador do projeto de acolhimento aos venezuelanos, aos sussurros. Embora ele também fosse venezuelano, ele narrava agora as histórias de seus conterrâneos, recém chegados ao Brasil, que, procuravam escapar da miséria e da abjeção, como se fossem diferentes dele. E, de fato, eram! “Aquele menina, ela caminhou da Venezuela até o Brasil e ficou dormindo em uma praça em Boa Vista, com outros na mesma situação, ela estava grávida e acabou tendo o filho lá mesmo, com a ajuda de outras pessoas na mesma situação.” Tentei olhar discretamente, a história foi contada aos sussurros, como se fosse possível aquela figura alta e magérrima, não perceber. Um tanto constrangida pela situação, observei uma menina com aparência de não mais de 26 anos, que corria atrás de uma criança, que julguei ser sua filha.

Um grupo de crianças corriam pelo pátio da escola, onde o evento de doações acontecia. Era inevitável para mim imaginar quais seriam as suas histórias, o que estariam pensando e sentindo, como estão vivenciando essa situação. De certa forma, é como se as notícias dos jornais adquirissem rostos. Um casal com um filho teve sua casa incendiada na Venezuela, um incêndio aparentemente criminoso, um provável crime que ninguém vai investigar. O relato, divulgado em um jornal¹³ e narrado durante um dos encontros com nosso interlocutor, conta que quando os pais sentiram o incêndio pegaram seu filho e, do lado de fora, ficaram observando sua história naquela casa tomar as formas de cinzas e fuligem. Sem esperanças de ter uma vida melhor decidiram migrar para o Brasil, com destino a Boa Vista, atravessaram a fronteira com o Brasil segurando apenas aquilo que seus corpos permitiam. Para a família, entre os tantos sofrimentos, uma das maiores frustrações foi não conseguir salvar ao menos um brinquedo do filho.

¹²<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/08/chegada-de-venezuelanos-ao-rs-e-antecipada-para-o-dia-5-de-setembro-cjli3w9hb05rf01n0j8m5zdq.html>

¹³<https://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/casa-onde-venezuelanos-viviam-pega-fogo-e-crianca-fica-ferida-em-rr-e-o-segundo-caso-em-3-dias.ghtml>

Narrativas como essas, tornaram-se comuns nos meios de comunicação. São narrativas importantes sobre as relações de violência que são estabelecidas com um tipo específico de imigrante, que não é considerado dentro do espectro do “nós” e, sim, do “eles”. No entanto, tais narrativas, também, imprimem o sofrimento social enquanto uma patologia (PUSSETTI, 2017). Assim como proliferam as representações do imigrante como “clandestino”, “ilegal” e “perigoso”, as vezes de forma mais explícita, como em xingamentos xenófobos, ou em alusões a eles como bárbaros, outras vezes, os imigrantes são concebidos como “deslocados” e psicologicamente vulneráveis, associando a perda de um lugar com a perda de uma identidade e do equilíbrio emocional.

A associação do sofrimento vivenciado pelos imigrantes com uma patologia individual tem implicações importantes na concepção de sujeito imigrante, que se estabelece no imaginário social. Imaginário este também compartilhado pelos pesquisadores que fazem parte da pesquisa, ainda que nos colocássemos abertos aos diferentes encontros. Afinal, não estamos desconectados da experiência comum (PASSOS; KASTRUP, 2015). Ao nos depararmos com os imigrantes venezuelanos com diferentes histórias e experiências, sendo que nem todas estavam vinculadas com uma história de sofrimento decorrente do processo migratório, foi possível ampliar nossas percepções acerca dos imigrantes e seus modos de viver os processos migratórios e suas inserções no novo território.

Embora procurássemos nos desvencilhar das pré concepções do campo, esperávamos encontrar imigrantes com histórias de passagem pelo programa de interiorização e experiências relacionadas a esse processo, o que nos levou a um sentimento inicial de frustração. No entanto, passamos a nos atentar ao fato de que o encontro com um grupo com experiências diversas daquelas amplamente noticiadas, permitia contar histórias que não conhecíamos, com trajetos diferentes e experiências que afirmam a heterogeneidade das pessoas e do povo. Adichie (2009) afirma que contar histórias repetidas produz histórias únicas, segundo ela “É assim que se cria uma história única: mostre um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que esse povo se torna. (p.13)”

Afirmando, portanto, a multiplicidade de histórias, procuramos contemplar nestes escritos os aspectos referentes ao processo de interiorização, uma vez que a operação que culmina na interiorização tem um papel importante em suas dimensões política, jurídica e subjetivantes. Fundamental, entretanto, salientar que a interiorização não é uma política que contempla a todos os venezuelanos que estão no Brasil, a exemplo, contaremos as histórias de deslocamento dos interlocutores dessa pesquisa.

Retomando, portanto, as questões que se referem à interiorização, não só enquanto procedimento político, constata-se que foi mediante acusações de roubo de empregos e disseminação de doenças, tanto quanto de denúncias de violências físicas, que a população local de Boa Vista passou a reivindicar atitudes governamentais. As medidas adotadas pelo governo brasileiro assumem o nome de Operação Acolhida, que tem como principal encaminhamento o procedimento chamado de Interiorização. Este consiste no mapeamento dos imigrantes que cruzam a fronteira com a Venezuela, alcançando as cidades de Pacaraima e Boa Vista. A Operação Acolhida é o nome da missão das Forças Armadas Brasileira que atua na cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipal com medidas de assistência emergencial para o acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela e em situação de vulnerabilidade, decorrente do fluxo migratório (BRASIL, 2018).

Os imigrantes passam a ser atendidos e regulamentados de acordo com a lei, ainda que não sejam reconhecidos como refugiados, processo que deve ser encaminhado individualmente. O processo de interiorização, acontece de acordo com as parcerias estabelecidas com outros estados brasileiros que, mediante o aceite de acolher imigrantes venezuelanos, recebem valores para o manejo destes¹⁴ em seus estados e cidades. Uma das cidades “parceiras” da Interiorização, é a capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Até o presente momento, de acordo com Sampaio e Silva (2018), há quatro modalidades de interiorização: o abrigo, a reunião familiar, a modalidade de trabalho promovida pelo Exército brasileiro com o apoio das Forças Armadas e a modalidade de deslocamentos assistidos. Dentre esses modelos, o Brasil optou pelo processo de interiorização de deslocamentos assistidos, denominados também de “migração dirigida”. A migração dirigida é caracterizada pela presença do Estado no acolhimento dos imigrantes que chegam na fronteira, o Estado é representado em Roraima, principalmente, pelo exército. Na fronteira entre Brasil e Venezuela encontram-se atendimento médico e serviços de cadastramento dos imigrantes que chegam, sendo competência do exército fazer direcionamento dos fluxos internos no país, bem como, pela possibilidade de os próprios imigrantes decidirem sair da fronteira ou não (BAENINGER, 2018).

¹⁴ Ministério do Desenvolvimento Social assinou com as prefeituras das cidades gaúchas de Esteio e Canoas termos de compromisso para repasses de R\$ 1,5 milhão do governo federal. <https://www.acnur.org/portugues/2018/08/27/cooperacao-entre-governo-federal-prefeituras-acnur-e-asav-vai-promover-interiorizacao-de-venezuelanos-no-rs/>

“Estas migrações dirigidas engendram, na sociedade de modo geral, maior visibilidade dessas migrações, inserção laboral baseada na própria estrutura do mercado de trabalho brasileiro e não em nichos étnicos e novas dimensões da hospitalidade”. (BAENINGER, 2018)

As migrações, mesmo as dirigidas que possuem maior possibilidade de controle e intervenção por parte do Estado produzem mudanças tanto culturais, como no cenário das cidades, a maneira como a população se relaciona com a imigração e imigrantes, bem como nas próprias características demográficas, que passam, de acordo com a identificação, ou não com os imigrantes, exigir maior ou menor necessidade de transformações urbanas, sociais e culturais.

Imigrantes haitianos e senegaleses são facilmente reconhecidos nas ruas de Porto Alegre pela cor da pele retinta, por sua presença no comércio nas calçadas, pela sonoridade da língua e pelo biotipo bastante diferente daquele comumente observado em uma capital colonizada por imigrantes portugueses, alemães e italianos. Soledad Laborde (2011) defende que a América Latina, sobretudo a cidade de Buenos Aires, viveu um processo político de fabricação de uma marca-cidade, que pretendia valorizar a figura do imigrante europeu e sua arquitetura e por conseguinte desvalorizar quaisquer representações africanas e indígenas. Embora a capital gaúcha seja diferente da cidade mencionada pela autora, ainda assim, vemos com intensidade tal processo político em Porto Alegre.

A presença destes imigrantes africanos circulando pela cidade, ou vendendo produtos nas calçadas, passou a ser cada vez mais frequente desde os últimos anos, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras. Tal presença deflagrou a necessidade de uma série de processos de acolhimento e intervenção, para que estes imigrantes fossem reconhecidos nas suas religiosidades, nas suas formas de trabalho e outras demandas que, como estas, continuam em constante processo de discussão.

Diferente dos imigrantes de pele retinta, os imigrantes venezuelanos abarcam outras diferenças que se contrapõem com menor destaque no que se refere ao fenótipo brasileiro. O povo venezuelano, principalmente por fazerem parte da América Latina, e compartilham as características que constituem estas terras, tais como a forma de organização política, a proximidade geográfica e também as consequências da colonização europeia, diferenciando-os mais nitidamente pela língua espanhola. A chegada, em números expressivos, de venezuelanos em Porto Alegre seja mais tardia do que a de haitianos e senegaleses, as redes de acolhimento local e suas demandas não são supridas pelo estado ou discutidas com os próprios imigrantes.

Concluimos, portanto, que mesmo diante de uma política, promovida pelo Estado, que procura atender a população de imigrantes venezuelanos, ainda assim há muitas falhas a serem

sanadas nos programas ainda incipientes para as necessidades dos que aqui aportam, e muitos avanços a serem feitos para que se possa modificar uma cultura colonizada e pouco receptiva ao diferente, apesar de sua composição miscigenada entre os povos originários, imigrantes europeus, africanos escravizados e imigrantes dos países do Prata com que o RS faz fronteira.

3. “Vocês Estão Escutando?” Um Apelo à Cidadania

Os movimentos em prol do reconhecimento dos imigrantes em Porto Alegre, enfrentam muitas barreiras, mesmo entre os que tiveram oportunidade de concluir cursos na educação superior. Um estudo realizado pela FGV DAPP (2018), e divulgado pelo blog do Governo Federal, aponta que 78% dos imigrantes venezuelanos possuem o ensino médio completo e 32% têm ensino superior completo ou ao menos uma pós-graduação.

Os números contrastam com a imagem, criada no imaginário social, do imigrante empobrecido, sem qualificação, que não pode contribuir com o país de acolhida. Domeniconi e Baeninger (2018) destacam que o número de imigrantes venezuelanos com alta escolaridade no Brasil é relevante. Segundo as autoras, esses imigrantes possuem experiências em ocupações referentes à área de produção de conhecimento, tecnologia e inovação e inserem-se nas rotas de migração internacional qualificada, o que significa que reconfiguram o espaço de migração no Brasil e que o local de acolhimento passa a se conectar com dinâmicas nacionais, regionais e globais.

O requerimento de validação do diploma é feito por uma das instituições que trabalham no acolhimento e assessoria dos imigrantes em Porto Alegre. Jardim (2016) afirma que organizações não-governamentais como a CÁRITAS (CNBB), Scalabrianos, Congregações Jesuítas, estiveram sempre muito presentes para os imigrantes, tanto intercedendo no acolhimento, assessoria quanto ocupando lugares importantes em conselhos estaduais e que representam a sociedade civil. Grande parte destas instituições reúnem-se no Fórum Permanente de Mobilidade Humana (FPMH), espaço dedicado a discutir e encaminhar questões referentes a imigração em Porto Alegre e no Estado. Participam das reuniões entidades não-governamentais, bem como representantes de categorias profissionais e da prefeitura da capital.

Ao descrever a presença do imigrante ou estrangeiro na cidade-refúgio, Sayad (1998) expõem que tal presença está associada a determinadas “ilusões” (aspas do autor), tais como a de que a presença do imigrante é necessariamente provisória, mesmo que grande parte das migrações se tornem duráveis ou mesmo definitivas. Uma segunda ilusão é que a presença do

imigrante é totalmente justificável pelo trabalho ao qual está ou deveria estar subordinado. Por fim, o autor aponta a terceira ilusão referente à suposta neutralidade política, exigência implícita feita aos imigrantes, reiterada pela definição do imigrante como um “Outro”, e regulada pelos sujeitos tomados pelos pensamentos nacionalistas, e cuja natureza política é mascarada ou negada, em proveito da função econômica.

Como afirmado anteriormente por Jardim (2016), as instituições religiosas estiveram sempre muito presentes nas decisões acerca do tema da imigração. Não seria exagero afirmar um certo protagonismo de tais entidades, pois, de fato, as instituições religiosas cumprem uma função não apenas importante, mas fundamental, ao articular atores e recursos necessários para um fluxo institucional de acolhimento, serviços e orientações. O reconhecimento do papel de colaboração das instituições religiosas é importante, tanto quanto, reconhecer que, muitas vezes, os imigrantes encontram-se submetidos a uma relação assistencialista para acessarem direitos (PUSSETTI, 2017).

Por relação assistencialista, procuro me referir à relação que, através de imagens e discursos de compaixão, apelam para as imagens dos imigrantes em condições de sofrimento, exaltando as cicatrizes e abusos que lhe conferem um status patológico para acessar direitos e avançar no reconhecimento desses sujeitos. A narrativa que considera o sofrimento social enfrentado pelos imigrantes como uma patologia, é também, a face da mesma moeda que contribui para a associação do imigrante perigoso, fruto de um desequilíbrio mental produzido pela sua experiência *a priori* traumática (PUSSETTI, 2017).

Sendo assim, reconhecer o grau de escolaridade e as possibilidades de contribuição dos venezuelanos requer colocar outras imagens e narrativas que venham ao encontro da complexidade da migração. Considerar a complexidade, que envolve os sofrimentos e as potências de imigrantes, requer, também, uma escuta acurada e atenta à possibilidade de garantir direitos, sem o apelo ao sofrimento social tomado como patologização da condição de imigrante.

Representantes do município, de operadores do direito e outros, reúnem-se em uma sala da igreja no centro da cidade. Decidem sobre as possibilidades de acolhimento e recepção, e a adesão ao processo de interiorização de imigrantes venezuelanos que migram para o Brasil pela fronteira com o estado de Roraima.

No estado do Rio Grande do Sul, o município de Canoas, que pertence à região metropolitana de Porto Alegre, foi o primeiro a aderir ao programa de interiorização, iniciando

processo de acolher os imigrantes em setembro de 2018¹⁵. Considerando o grande protagonismo das instituições religiosas no atendimento à população de imigrantes, caberia perguntarmos qual seria o papel do poder público nesses processos? O que a assinatura do acordo entre ONU, Governo Federal e Prefeitura delibera acerca do acolhimento e estrutura para a recepção destes sujeitos de fato prevê? Qual é o recurso destinado à prefeitura para tal e como ele vem sendo distribuído? Como os municípios brasileiros têm, de fato, cumprido suas obrigações junto aos acordos interinstitucionais firmados?

Tais questões são úteis para pensar sob que circunstâncias se operacionalizam a cidadania dos imigrantes nas terras do sul. Pensando nelas, a terceira semana do mês de Junho é definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como a Semana do Imigrante e Refugiado. Durante essa semana acontecem diversos eventos e debates relacionados à referida população. Mas qual é a população de imigrantes e refugiados a quem se destina estes eventos? A semana do imigrante e do refugiado não suscita uma comemoração, assemelha-se muito mais a uma semana de “conscientização” e para isso, demarca-se constantemente que no Brasil, quem não é imigrante é descendente de tal. A tentativa de aproximação entre os cidadãos brasileiros e os imigrantes aponta, entre outras questões, a dificuldade de acolhimento e reconhecimento desses sujeitos como indivíduos que devem dispor de uma estrutura que permita o desenvolvimento de suas vidas.

Que rede de acolhimento destinada ao assessoramento das populações de migrantes existem? Quais são os papéis de diferentes instituições governamentais e não governamentais no que se refere à temática dos imigrantes em Porto Alegre? Em audiência pública sobre a situação dos imigrantes e refugiados na cidade de Porto Alegre, no dia 17 de junho de 2019, data que inicia uma série de eventos relacionados aos imigrantes em função da Semana do Imigrante e Refugiado, entidades, pesquisadores e imigrantes reúnem-se, na Câmara Municipal de Vereadores, para discutir sobre as dificuldades da população. O vereador responsável pela chamada da audiência, tem como foco de gestão a mobilidade urbana. Desde o início o vereador pontua que a audiência pública não se pretende uma instância resolutiva, mas sim propositiva¹⁶.

O espaço assemelha-se a uma espécie de arena, onde o público ocupa as cadeiras mais altas e assiste os acontecimentos no térreo, o público que ali se localiza pode se manifestar, porém não de forma oficial. O microfone circula na parte inferior, onde há uma mesa composta, naquele momento, pelos imigrantes e o vereador, e algumas cadeiras com mesas que são ocupadas por duplas. Encontram-se ali também alguns representantes de entidades interessadas

¹⁵ <https://www.canoas.rs.gov.br/noticias/canoas-vai-receber-425-refugiados-venezuelanos-em-setembro/>

¹⁶ https://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/audiencias_publicas/132/1561385562.pdf

e que atuam com o tema da imigração. A instituição que representa a sociedade civil não se parece com a população. O lugar refinado, com cadeiras de couro e segurança, só me recorda as ruas e os locais por onde a sociedade civil circula e vive no que se refere à vigilância. Naquele espaço de arquitetura panóptica, todos estão à vista das câmeras e dos olhos atentos dos seguranças.

Jardim (2017) enfatiza que as classificações de “imigrante” ou “estrangeiro” expressam uma dinâmica de inclusão que assume uma força normatizadora em vários campos da vida do imigrante. Ao produzir uma diferenciação entre os sujeitos, a partir das classificações de imigrantes e nacionais, o Estado institui quem passa a ser reconhecido como sujeito de direitos/legalizados ou em diversas dimensões da vida, de acordo com a aproximação dos critérios que determinam uma norma. As normas são operacionalizadas e corporificam-se em procedimentos estatais e se estendem ao âmbito policial. São práticas como o controle fronteiriço, onde acontece uma gestão de acesso a documentos e reconhecimento e validação dos mesmos.

Na *realpolitik*, porém, quando questionado pelos pesquisadores presentes no local sobre a implementação de uma política para a inserção desses imigrantes no mercado de trabalho, uma vez que a maioria possui formação técnica, as vezes até mesmo mestrado e doutorado, um dos vereadores do município de Porto Alegre, afirmou: “o SINE – Sistema Nacional de Empregos - recebe os imigrantes da mesma forma que os cidadãos brasileiros”. Podemos compreender a fala do vereador a partir do discurso de crise permanente, onde todos somos iguais e passamos por uma dificuldade social e econômica, eventualmente. Entretanto, será de fato esse o motivo da falta de implementação de uma estratégia de inserção destes sujeitos?

Mais do que a questão específica acerca da validação do diploma, e a absorção dos imigrantes pelo mercado de trabalho, tal situação demonstra o não reconhecimento dos sujeitos imigrantes nas suas particularidades, uma vez que não são escutados em suas necessidades, bem como, no que se refere às próprias propostas de solução.

Um imigrante haitiano rebate as falas do vereador que afirma receber todos da mesma forma diz ele: Nós não somos recebidos da mesma forma, nós precisamos de outros encaminhamentos. Antes falavam que nós precisávamos falar com os vereadores, nós vínhamos aqui falar, e nada acontecia, depois decidimos nós mesmos escrever os projetos para validação do diploma, entregamos aqui e nada. Quando é que vocês vão nos escutar?” (Diário de campo, 17 de junho de 2019)

Tanto no caso dos imigrantes com diploma em curso superior, quanto daqueles que não possuem formação acadêmica, as oportunidades são restritas. As instituições responsáveis pelos processos legais, que devem garantir o acesso aos direitos, auxiliam na manutenção das não-

semelhanças, uma vez que, como falamos anteriormente, são atravessadas pelos mesmos aspectos que produzem pré-conceitos calcados no racismo e que delegam para as instituições religiosas parte importante da responsabilidade de acolhimento e assessoria.

O apelo dessa população parece ir muito mais no sentido de uma escuta que abarque as complexidade e reconheça o imigrante diante de suas fragilidades e potências, da exposição das cicatrizes e abusos por eles vivenciados. Para além de uma lógica assistencialista, o que os venezuelanos demandam é um apelo à cidadania. E um olhar às singularidades.

4. PERCORRENDO AS RELAÇÕES DE FORÇA QUE FORJAM FRONTEIRAS

As singularidades referentes à migração venezuelana, considerando os aspectos que deflagraram a crise que assola o país, as gestão política do processo migratório e os aspectos geopolíticos, difere, em muitos pontos, das características migratórias de outras populações de imigrantes que vivem na cidade de Porto Alegre. No entanto, tal migração, compartilha, em muitas dimensões, as implicações das condições de migração precária, tal como a exposição do corpo a condições inesperadas e as consequências que isto produz, ao transformar cidadãos em estrangeiros.

Neste capítulo, procuro explorar o encontro dos aspectos singulares da migração venezuelana, narrada pelos interlocutores desta pesquisa, com os produtos da história das migrações materializadas em dimensões econômicas, raciais e jurídicas, entre outras, lançadas pelos autores que dialogam com o tema e abarcam questões importantes para a análise. Ressalto que o encontro desses aspectos, singulares e históricos, não estão postos em oposição binária, que distingue o que é singular ou coletivo, interno ou externo ou passado e presente, mas partindo da perspectiva de relações de força que se forjam mutuamente. Tal perspectiva está ancorada no conceito-ferramenta subjetividade que, como afirmam Costa e Galli (2008 p.6), buscam a ampliação da complexidade:

Já o conceito de subjetividade busca a ampliação da complexidade dos fenômenos, cartografando suas diferenças, caprichos, peculiaridades. Vislumbrando este, não de modo isolado, substancializando-o e formatando-o como um "à parte", um "si mesmo"; pelo contrário, investigando nestes as linhas que o levam para além de si. A rede de condições de possibilidade das mais variadas escalas e tipos, às quais constituem e reinventam os sujeitos a cada instante. Subjetividade, não no sentido de referente a aquilo que é particular a um "si mesmo", mas sim, subjetividade enquanto tentativa de apreender aquelas linhas fugidias que transpassam e constituem os fluxos produtores do nosso mundo vivido.

Por subjetividade, então, compreendo “as linhas que levam para além de si” e constituem sujeitos, cidades e as histórias de migração. Aspectos que observamos, principalmente, através dos quatro instrumentos de pesquisa que desenvolvemos ao longo da pesquisa, sendo elas: diário de campo coletivo, oficina de mapas afetivos, oficina de compartilhamento de fotografias, construção de narrativas ficcionais a partir das fotografias.

Os instrumentos de pesquisa produzidos para o percurso cartográfico funcionaram como ferramentas para acompanhar processos, diferente de uma pesquisa que procura coletar dados. De acordo com Barros e Kastrup (2015), é a compreensão da processualidade que garante à pesquisa o caráter cartográfico, sendo que a investigação de processos de produção de subjetividade depende de compreender-se sempre diante de um processo em curso.

Sendo assim, os diários de campo, como modalidade de escrita coletiva, desenvolveu-se em um documento de texto online, acessível a todos nós em pasta virtual de acesso livre (Google Drive), e tornou-se local de compartilhamento e escrita coletiva entre a/os cinco pesquisadores interessada/os e envolvida/os com o tema da migração. Entre as peculiaridades deste diário de campo coletivo, destacou-se a escrita em primeira pessoa e utilizando o pronome masculino, o que ressaltou a identificação dos pesquisadores não moradores de Porto Alegre, com os venezuelanos em determinada medida. A escolha pelo pronome masculino é passível de análise, já que a maioria das referências em campo foram homens, característica predominante nas migrações históricas que, nesse momento, se transforma com a visibilidade da migração feminina (DORNELAS; RIBEIRO, 2018).

A utilização do diário de campo, composto de fragmentos de histórias, mapas e fotos, que foram compartilhadas ao longo do processo de pesquisa, tornou-se uma das ferramentas primordiais a encontrar os rastros que, naquele dado momento, compunham a Porto Alegre dos estrangeiros em foco. O diário de campo compartilhado online e com este arranjo, definido entre nós pesquisadores, assumiu as características de uma escrita com autoria coletiva e apontando eventualmente alguma identificação do participante do grupo a partir de situações pontuais junto a nossos nossos interlocutores. Este modo de escrita permitiu que nos conhecêssemos, no processo, como um outro tipo de estrangeiro, uma vez que apenas uma integrante do grupo era de Porto Alegre, tendo vivido na cidade a maior parte de sua vida.

No que se refere à oficina de mapas afetivos, tínhamos como objetivo, compreender as cidades subjetivas (GUATTARI, 2012), explorando não só os sentimentos que emergiam ao circular na cidade, como, quais trajetos os imigrantes escolhiam fazer. A oficina de fotografia, não ocorreu de acordo com a proposta inicial e acabou por tornar-se uma oficina de compartilhamento de fotografias que cada um tinha em seus celulares. Por fim, os relatos

fictícios que desenvolvemos, nós pesquisadores, tinha como intuito trabalhar analiticamente as imagens, pensando que elas não são apenas registros, mas subjetividades e modos de subjetivação.

Sendo assim, a análise de nossas implicações constituiu-se como instrumento fundamental no processo investigativo e tornou-se fio condutor dos encontros do grande grupo da pesquisa matriz. Os diários de campo coletivo, por sua vez, mais que registros dos aspectos de campo, colocavam em evidência a transformação do campo e dos próprios pesquisadores, explorando assim as potências da pesquisa-intervenção.

Ao longo do capítulo procuro detalhar, de maneira contextualizada, tais procedimentos. Por hora, torna-se relevante mencionar tais instrumentos de pesquisa, uma vez que estes embasam categorias, que consideramos transversais à experiência dos imigrantes com quem nos encontramos. As categorias, não têm como finalidade hierarquizar ou tentar restringir as experiências de vida e de migração a categorias generalistas, mas sim, encontrar os fios condutores que narram a experiência migratória.

As categorias que serão propostas, se interpelam umas sobre as outras e por este motivo, não faz sentido serem abordadas de forma isolada. Tampouco se propõem a qualquer generalização, apenas buscam cumprir o objetivo de contar ao leitor em que direção estou me propondo a olhar. As categorias de análise serão exploradas como fios condutores de pensamentos, fundamentações e histórias que seguem, sendo elas: cidades inventadas, saudades, acolhimento institucional, trabalho, crianças, raça e classe.

As categorias serão trabalhadas ao longo dos próximos títulos dessa dissertação. Sendo importante destacar que, assim como elas nos foram apresentadas e trabalhadas em diferentes momentos e de diversas formas, serão exploradas da mesma forma: algumas através das referências anticoloniais e outras lançando mão da ficção como ferramenta metodológica.

1. A Racialização do Território e a Produção do Estrangeiro como Inimigo

O desenraizamento geográfico e cultural e os deslocamentos voluntários ou forçados, apontados por Mbembe (2017), foram fundamentais para a chegada à modernidade. Ambos os fatos são responsáveis pelo repovoamento demográfico e o estreitamento do mundo, condições que transformam as compreensões de mundo e, também, de povos e raças.

O processo de desenraizamento geográfico e cultural é acompanhado não apenas dos deslocamentos físicos, mas de um processo que envolve também a tomada dos corpos não

enquanto seres vivos, mas enquanto espécie, pelo poder. Uma tomada de poder descrita por Foucault (2010) que acontece, primeiramente, no sentido de disciplinarização dos corpos, de maneira individualizante, e em seguida, uma segunda forma que, por sua vez, é massificante, ou aquilo que Foucault definiu como “biopolítica”.

A biopolítica trata de um conjunto de processos que incide não só em corpo individual, mas na espécie, como as taxas de natalidade, fecundidade, mortalidade, tornando assim, as populações o foco das políticas e suas características em dados estatísticos e demográficos. É através dos dados produzidos a partir da população que torna-se possível identificar as características das populações e introduzir uma medicina higienista e calcada em um ideia de “normalização” dos corpos, ou seja uma distribuição hierárquica de corpos, e portanto, raças, culturas, que passam a ser tratados como problemas políticos e científicos ao mesmo tempo um problema biológico e de poder (FOUCAULT, 2010).

A partir da biopolítica procura-se estabelecer mecanismos de regulação da população global, destinados a maximizar forças e extraí-las. Mecanismos disciplinares do corpo e de regulamentação da população articulam-se mutuamente, e assim passam a organizar, também, as cidades. A materialização da biopolítica opera recortes que diferenciam os indivíduos e suas visibilidade na sociedade, de acordo com as posições de poder ocupadas ou não, também institui uma normalização dos comportamentos, ações que são consideradas adequadas ou não de acordo com uma cultura dominante, e controles espontâneos, que com o tempo cristalizam diferentes rotas, locais de moradia e outros, de acordo com as características exaltadas como norma nas cidades (FOUCAULT, 2010).

Com o desenvolvimento da biopolítica, passa a ser possível acessar dados que, por sua vez, massificam os sujeitos de acordo com características e comportamento, gerando um corpo de dados viabilizando o controle cada vez mais preciso sobre a população, e implementando a ideia de norma como uma categoria inerente à sociedade. A sociedade da normalização está vinculada com a manutenção de um poder diferente do poder de soberania, é um poder que vai além do soberano, ele tem como objeto e como objetivo a vida: o biopoder. O biopoder articula-se com a sociedade de normalização fazendo o racismo atuar de uma maneira diferente a partir da instauração da biopolítica, a raça passa a ser um elemento que define quem vai viver e quem vai morrer (FOUCAULT, 2010).

No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação a outros. (Foucault, 2010, p. 214)

Como é possível visualizar, os grandes deslocamentos e desenraizamentos que caracterizam a modernidade, integram-se aos mecanismos de poder em diversas dimensões, seja o poder que torna o deslocamento forçado por condições de adversidades múltiplas, seja pelo poder disciplinar que em certo momento passa a articular-se com a regulamentação da população e dos espaços, e, principalmente em função do racismo.

Mbembe (2017) é enfático ao argumentar que a regulação dos corpos e dos afetos eram, seguidos de uma narrativa oficial, que fazia acreditar na consolidação das sociedades democráticas como sociedades pacíficas. Portanto, regulação dos corpos e afetos couberam em uma ideia de democracia que, em parte, vêm para controlar as violências individuais e regulamentar as manifestações mais espetaculares, e, por outra parte, é uma democracia conveniente com a brutalidade, sendo tolerante com a violência, racial, política e outras, através de milícias e outras formações.

A raça, o racismo, para Foucault (2010 p.215), “é a aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”, afirmando, também, que o racismo desenvolve-se com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Achille Mbembe (2018), reverberando o que afirmava Foucault, aponta que o poder apela à exceção, à emergência e à noção ficcional do inimigo, operando um controle sobre a espécie, que pressupõem uma subdivisão da população em grupos, observando que a raça sempre foi uma sombra presente no pensamento e na prática do Ocidente, especialmente quando se refere a imaginar a desumanidade dos povos estrangeiros ou a dominação destes.

Tanto Foucault, quanto Mbembe, observam o racismo como um mecanismo de divisão das populações em uma sociedade que procura, a todo momento, estipular uma norma e, por consequência, a morte daqueles que não são reconhecidos como parte dessa população específica. Na história da América Latina, entre os eventos que marcam a atuação do racismo destaca-se a colonização, que resultou no genocídio, principalmente, de povos indígenas e negros e apagou a contribuição desses povos na história, produzindo, assim, uma inteligibilidade, ou um reconhecimento, sobre quem é a norma e quem é o estranho.

A migração ibérica, que levou escravos negros para as Américas no período colonial, de acordo com Moya (2018), transformou a ecologia do local, ocasionando mudanças demográficas, econômicas e sociais, diferente de qualquer experiência registrada anteriormente. Dentre os 12 milhões de escravos que cruzaram o atlântico, 58% desembarcaram na América Latina e mesmo considerando que o número de africanos era muito maior que de Europeus, a cultura ibérica tornou-se profundamente arraigada, evidenciando a relação de subjugo

dos escravos e procurando perpetuar uma hierarquização nas relações entre os sujeitos, com base na sua cor e ascendência.

A migração ibérica e africana, sendo um considerado o “sujeito” e o outro o “objeto”, racializou hierarquicamente o território latino, produzindo o escravo africano, e mesmo os indígenas, enquanto o “Outro” e o branco enquanto detentor das terras e do poder.

Ao lançar mão dos termos “sujeito” e “objeto”, bell hooks (1989) coloca em evidência o fato de que os “sujeitos” são aqueles que têm o poder de definir suas realidades, estabelecer suas identidades e nomear suas histórias, enquanto os “objetos”, têm suas vidas e identidades criadas por outros, os considerados “sujeitos”. Quando os brancos, que invadiram as Américas, escreveram as histórias daqueles que eles ditavam como estranhos, os indígenas, e sentenciaram suas vidas e identidades, assim como a dos negros e outros povos que, escravizados, foram trazidos para a terra invadida. Indígenas e negros, principalmente, foram considerados estranhos.

A palavra estranho, está na origem do termo estrangeiro, nomenclatura utilizada para referir-se àqueles que não pertencem a determinado território. Escravos negros, vindos, para a América Latina, principalmente da África eram estrangeiros. Tal condição resulta de uma tripla perda: a perda e uma “lar”, de direitos sobre o seu corpo e de seus estatuto político (Mbembe, 2018). Mesmo os escravos que, nascidos no Brasil, não eram reconhecidos como brasileiros, ou como parte desse território, sendo permanentemente vistos como o “Outro”, que, não pertencentes ao território, no têm qualquer direito como cidadãos (KILOMBA, 2019; GOMES, 2019).

O que isso quer dizer? Que a incompatibilidade entre “raça” e nacionalidade definiram as novas formas de racismo (GILROY, 1987). Não se fala mais de inferioridade biológica ou racial, o vocabulário contemporâneo apela para as “diferenças culturais” ou de “religião” (KILOMBA, 2019).

Diferente do chamado “imigrante desejado”, associados tradicionalmente a um modelo hegemônico de família, trabalho e respeito à autoridade (SEYFERTH, 2002), que não coincidentemente também seria um imigrante branco europeu, o imigrante forçado vê-se em uma posição de fragilidade, expropriação de sua força de trabalho que perpetua sua condição de estrangeiro enquanto alguém que deve ser grato pela ajuda que recebeu e dificilmente, coloca-se em posição de enfrentamento. Essa posição passiva, perdurou por muito tempo e ainda não é rara, no entanto, o movimento “Um dia sem imigrantes” (One day without immigrants) produziu um grande impacto em 2017, ocupando as ruas das principais cidades

dos Estados Unidos, para protestar contra as políticas migratórias impostas por Trump¹⁷. Além de um grande impacto, o ato contribuiu para a identificação de muitos imigrantes ao redor do mundo, dando visibilidade à questão migratória e atuando no jogo de forças políticas.

A migração venezuelana para o Brasil, é demasiadamente diversa em seus aspectos de cor, raça e classe social, o que, penso, demonstra uma transformação dos fluxos migratórios, uma vez que mesmo pessoas menos empobrecidas e com diversos níveis de formação compoem a massa de imigrantes venezuelanos, mesmo que em diferentes condições. Tal mudança exige também um olhar para as transformações decorrentes da modernidade.

Como pontua Mbembe (2017), uma das características da modernidade é o estreitamento do mundo, uma vez que os deslocamentos aéreos facilitaram a transposição da barreira do tempo e das distâncias, a economia contribuiu para a abertura das fronteiras mesmo entre países com modelos econômicos distintos, e com tais facilidades o mundo tornou-se ainda mais miscigenado. No que se refere a Brasil e Venezuela, distância e tempo nunca foram empecilhos para as trocas entre si, bem como, as relações econômicas, especialmente na fronteira, nesse sentido encontram-se tão miscigenados quanto no resto do planeta.

Apesar da vizinhança geográfica, Brasil e Venezuela possuem algumas diferenças importantes, algumas delas derivadas da colonização espanhola, que entre as heranças desse período destaca-se a língua espanhola, falada pelos demais países de colonizados pela Espanha e a escravização majoritariamente indígena, se comparado com o Brasil. Além dessas diferenças destaca-se de forma mais acentuada no contemporâneo a posição política adotada pelos mais relevantes governantes venezuelano, caracterizado pela defesa do regime socialista e centralidade do Estado no controle das atividades econômicas e sociais no país.

Por agora, cabe enfatizar que, embora as diferenças marcadas pelo processo de colonização sejam questões importantes, elas não se sobressaem da mesma forma. A herança dos traços indígenas são mais visíveis em alguns imigrantes do que em outros, facilitando que se destaquem nos ambientes embranquecidos, como no interior do Rio Grande do Sul, no entanto ousou dizer que, de maneira geral, os venezuelanos que conheci em Porto Alegre, destacam-se principalmente pela língua espanhola.

Fanon (2008, p.34) afirma que “Um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e lhe é implícito.”. Refletindo, a partir do autor, o mundo que a língua espanhola reflete e que lhe é implícito, diferente da linguagem da língua portuguesa utilizada no Brasil, expressa, entre tantas coisas, a herança da colonização

¹⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2017-02/um-dia-sem-imigrantes-paralisa-empresas-e-servicos-nos-eua>

espanhola, compartilhada por outros países da América Latina e, sendo assim, não caracteriza, por si só, a população venezuelana.

De onde viemos é sempre uma questão importante, pelo menos é o que as pessoas sempre perguntam. Mas que importância isso tem para alguém que não gostaria de ser reconhecido como um estrangeiro? - A situação aqui é complicada, os venezuelanos não querem ser reconhecidos - Alguém atento pergunta “Venezuelano?!” e a pessoa responde: “Não, não, Uruguai”. (Diário de campo, 20 de outubro de 2020)

Dessa forma, como a linguagem pode identificar um imigrante, também permite que ele amplie as possibilidades de ser reconhecido. A língua adquire, assim, um sentido ambíguo: a possibilidade de não ser reconhecida como imigrante indesejado, e ao mesmo tempo, como símbolo que garante uma origem que não quer ser perdida, representada pela tristeza das mães que afirmam, com tristeza, que seus filhos não querem mais falar espanhol.

O caráter ambíguo de venezuelanos em relação a sua língua, é um aspecto importante, não só porque fala sobre deslocamentos em relação a si mesmos e a sua origem, mas também, porque fala sobre o Brasil, e as relações que passam a ser vigentes em relação à Venezuela.

Constrói-se no Brasil uma certa narrativa sobre a Venezuela e seus cidadãos, que remete à permanente construção do estrangeiro como um inimigo, uma pessoa que não deve ser reconhecida em determinado território e expostos ao biopoder, articulados com narrativas de exceção e emergência que perpetuam que os imigrantes em maior situação de vulnerabilidade sejam expostos a violência da população e do Estado, como veremos adiante.

A construção do estrangeiro será compreendida, neste trabalho, como o desejo que permeia a constante construção de fronteiras, visíveis e invisíveis, na perspectiva de segregação, diante da qual se produz diferenciações. Tal compreensão está ancorada pelo referencial bibliográfico e pelo contato com os interlocutores dessa pesquisa. Assim, o estrangeiro afirma-se como um conceito que sustenta o racismo como uma política de morte, endossado pelo avanço do neoliberalismo que, no contexto atual, contribui para a proliferação de muros, principalmente, simbólicos.

2. Tapumes e Pedras: Modulações Necropolíticas

Entre os venezuelanos que encontramos, observamos diferentes marcas das experiências de migração, sendo as experiências de violência àquelas que fizeram parte da nossa pesquisa de maneira diferente, através dos relatos que nos foram feitos e das histórias lidas na imprensa

local e no estado de Roraima. No entanto, considero fundamental, abarcar tais histórias nessa pesquisa, ainda que os relatos não tenham sido feitos em primeira pessoa, isto porque, também falam sobre a relação entre cidade e imigrantes.

Mariana tem 19 anos, mas parece ter menos, o corpo magro e o ar de desconfiança chama a atenção entre os demais venezuelanos que, timidamente, reúnem-se no pátio da escola. Rodrigo fala sobre Mariana em tom de segredo. Ele conta que ela esteve por volta de um ano acampada na Praça Simon Bolívar em Boa Vista, Roraima. Praça que abrigou centenas de venezuelanos que acessaram o Brasil pela trilha que dá acesso à cidade de nome indígena que se localiza em um dos estados mais conservadores do país, Pacaraima (RR). Não se sabe ao certo, se ela estava em busca da família que havia migrado, ou se apenas decidiu migrar com um grupo de pessoas que carregavam as malas nas costas. A adolescente tinha algumas roupas na mochila e quase nenhum dinheiro quando foi atendida pela equipe da Operação Acolhida.

Na praça Simon Bolívar em Boa Vista, encontraram pessoas em diversos tipos de barracas, das mais estruturadas, até aquelas arranjadas com restos de sacolas pretas. Os que não tinham nem uma possibilidade de dormir em uma barraca torciam para conseguir negociar um colchão que se arranjassem em um espaço ou arranjavam-se na grama, pelo menos era menos duro que o concreto do passeio. A praça era local de encontro entre os venezuelanos que chegavam ao Brasil e aos poucos parecia já não haver espaço suficiente para todas aquelas pessoas. Aquela reunião de diferentes tipos de pessoas, das mais variadas condições econômicas, falando aquele espanhol em velocidade tão rápida que até os cidadãos brasileiros que vivem na fronteira não entendiam com facilidade.

A aglomeração e a quantidade de pessoas diferentes circulando pelas ruas de Boa Vista começou a incomodar, primeiro os comerciantes que se localizavam próximos à praça, chamavam os venezuelanos de “invasores”, ainda que lucrassem com eles. Em seguida, os cidadãos da cidade começaram a relatar o sentimento de insegurança, atentar para a higiene daqueles que se amontoavam na praça. Não demorou muito para que os venezuelanos fossem acusados de sujar a cidade e disseminar doenças. Assim, constitui-se uma segregação espacial, calcada na discriminação (JACOBS, 2011).

Como alerta Sayad (1998), o imigrante passa a existir a partir do momento em que atravessa as fronteiras determinadas pelos estados, pisando em uma terra, definida como pertencente a um outro território, ainda que este outro local seja semelhante à terra de sua origem como nas regiões fronteiriças. A afirmação de Sayad aponta que a fronteira e territórios são espaços de poder, seja pelo fato de que tais espaços não são estabelecidos necessariamente por uma condição da natureza, mas em uma complexa relação de forças; seja pela possibilidade

de fazer surgir e reconhecer outros modos de ser sujeito: aquele que é estranho ao espaço por não ter nascido no local em que vive.

A palavra “estrangeiro” remete ao estranho, como falamos anteriormente, e embora tanto a terra como o sujeito possam estranhar-se, é sobre o sujeito que são impostos controles e regulamentações, que determinam uma relação de poder assimétrica entre membros que vivem uma determinada sociedade. Ainda que o Estado reconheça o sujeito como refugiado ou imigrante, dá-se o direito de desconhecer a história que antecede este momento, relegando o sujeito a uma condição precária (BUTLER, 2018).

Aos poucos, Mariana sentia as mudanças nos olhares, cada vez mais a insegurança aumentava. A mesma insegurança que os cidadãos de Boa Vista alegavam sentir com a presença dos Venezuelanos, era de certa forma, a insegurança que ela sentia e que com o passar do tempo aumentava. Havia algumas pessoas que distribuíam as mais variadas ofensas e ameaças para qualquer um que estivesse na praça. Certo dia, a praça foi cercada com tapumes¹⁸, e não era mais possível saber de onde vinham as pedras que eram constantemente atiradas. É importante afirmar que as retóricas xenófobas por parte da população de Roraima é resultado de diferentes formas de violência dirigida aos venezuelanos, retóricas que partem também por parte das autoridades governamentais (CARRIJO; GÓRKA; AGUIAR, 2019)

Ainda que, felizmente, tal cerceamento não possa ser comparado com os campos de concentração nazista ou os manicômios, observamos as modulações dos microfacismo em nós, sociedade, que garante o espaço de liberdade para atuações que reescrevem no comtemporâneo, ações estatais e individuais, de violência contra aos que são segregados sob o signo da diferença. Galli et. all (2008 p.9), afirmam:

Assim, de um espaço fechado estático e despersonalizado, passam a fechar-se em movimentos, circuitos fechados que não fazem rede nos fluxos da cidade, ou ainda fecham-se em grades privadas e mediações midiáticas, cerceando-se a um convívio que se resume aos personagens usuais de seus trajetos fechados.

Os tapumes e a violência direcionada àqueles que são considerados invasores, diferentes ou perigosos, são modulações de parte das violências escritas pelos manicômios e pelos campos de concentração nazista. São violências que conduzem as vidas à condição de vida nua (Agamben, 2002).

Pussetti (2017 p. 264) afirma que “quando a história é esquecida, a biografia e a identidade individual são negadas, o que resta é o corpo.” O corpo, para a autora, é aquele que

¹⁸<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/04/02/prefeitura-de-boa-vista-cerca-venezuelanos-com-tapumes-em-praca-e-controla-entrada-e-saida.htm>

está exposto às intempéries e resultam no que Agamben (2002) define como *Homo Sacer*, ou vida nua, uma vida incluída na *polis* pela exclusão. Pussetti refere-se aos imigrantes que morreram no mediterrâneo, na tentativa de entrar na Europa via Itália, e só após a morte foram “acolhidos”, passando a ter reconhecidas suas reivindicações de refúgio. Ironicamente, aqueles que sobreviveram foram deportados. O que há de nudez nessas vidas?

Diferente dos imigrantes que atravessam fronteiras de água, os imigrantes venezuelanos migram para o Brasil por vias terrestres, que contemplam rotas oficiais e não-oficiais. Fronteira-seca, é um dos termos utilizados para pensar uma das rotas que leva os venezuelanos ao Brasil, algumas vezes estes caminhos são percorridos por ônibus que levam mediante extorsão os que possuem mais recursos econômicos, outras vezes o caminho se dá com a força das pernas que caminham, e, mesmo assim, não estão livres das extorsões. Expõem-se aqui as condições de travessia que configuram uma certa ilegalidade de quem emigra, e que, ao chegar no Brasil, encontra-se em situação tão frágil quanto aquela que forçou o abandono de sua terra, uma vez que depende de políticas migratórias e condições básicas que permitam sustentar a vida.

Compreende-se o *homo sacer* como uma vida que passa a ser reconhecida pela exclusão, ou falando de outra forma, pela imposição de uma normalização de um corpo dentro do estado de exceção. Nesse caso o imigrante é reconhecido pela sua condição de não pertencer ao território em que vive e sua vida é qualificada dentro desse conceito. Seus direitos são reconhecidos apenas como imigrante, e não como uma vida por si só qualificada (Agamben, 2002). A partir da reflexão, percebe-se que as fronteiras encenam mais do que uma barreira física de acesso a um determinado território, produz hierarquias entre sujeitos, relegando aos que migram a posição de vítimas ou de invasores que, independente da categoria atribuída, resulta na condição dos imigrantes como um problema social.

Mbembe (2018), aponta o surgimento de uma forma governamental que consiste na “gestão de multitudes”, a extração de recursos naturais pelas máquinas e tentativas de imobilizar e fixar categorias de pessoas, forçando-as a espalharem-se por áreas que excedem as fronteiras de um Estado, e assim, decompondo as populações entre rebeldes, vítimas, refugiados entre outros. Essa forma governamental de gerir multidões está menos preocupada com a inscrição dos corpos em aparatos disciplinares, e mais atenta à inserção dos sujeitos na ordem de uma economia máxima, em que os sobreviventes são confinados a campos e zonas de exceção.

Jardim (2017) nomeia como “zonas de exclusão” as invisibilidades cultivadas nos discursos hegemônicos sobre a proteção humanitária. A autora baseia-se na leitura de Pupavac (2002) para evidenciar que o ingresso de imigrantes dentro de dispositivos de proteção

humanitária, ao perceberem-se ainda mais distantes de possibilidades de autodeterminar seus destinos, pode acentuar uma perda gradativa de poder dos refugiados.

Pensar as zonas de exclusão, como proposto por Jardim (2017) em diálogo com Judith Butler (2018), oferece uma compreensão dinâmica do espaço em relação aos discursos de poder, uma vez que a segunda vê o corpo como um conjunto vivo de relações que não pode ser completamente dissociado das condições ambientais e de infraestrutura. Para ela a ação do corpo é sempre condicionado e depende do apoio de infraestruturas, de maneira que a sua ausência expõe uma vulnerabilidade específica, que a autora define como uma condição de precariedade.

Zonas de exclusão e precariedade produzem-se simultaneamente, materializando-se nas (im)possibilidades de decidir sobre seus destinos. Tais impossibilidades se alicerçam nos discursos que invisibilizam as condições globais de migração e culpabilizam os sujeitos alvos de políticas migratória, seja pela decisão de migrar, seja pela falta de condições estruturais básicas que permitiriam aos venezuelanos adquirir condições de vida não precárias, através de emprego e reconhecimento de suas trajetórias profissionais.

A associação de uma população que migra para um problema social desvia o foco da necessidade de debates sobre as políticas que sustentam fronteiras físicas e imaginárias, concebendo o território como um dado natural, e não como fruto de disputas e acordos políticos.

O desconhecimento da história progressa à imigração convém a um Estado que pensa apenas dentro das suas fronteiras, desresponsabilizando-se de uma visão global sobre os impactos de políticas nas populações, oferecendo a possibilidade única de uma cidadania de segunda classe, dificultando o acesso a direitos. Consiste em impor o poder e definir que vidas valem a pena, e quais não valem, uma vez que ao Estado é possível produzir exclusões, mais ou menos acentuadas, considerando diversos marcadores sociais e culturais que compõem o imigrante e as suas formas de migração.

Para Guattari (2012 pg.149), o ser humano contemporâneo é, fundamentalmente, desterritorializado, o que significa dizer que os territórios originários não são dispostos em pontos precisos na terra, mas encontram-se no essencial: em universos incorporais. Universo caracterizado pela tecnologia, espaço onde tudo circula. Conceber o ser humano como fundamentalmente desterritorializado, para além de um ponto geolocalizado, perpassa a compreensão de que a migração não é mais um fenômeno inerente ao ser humano. Guattari (2012) afirma que no mundo contemporâneo, tudo parece petrificar-se: coisas, homens, espaços, [...] Circula-se em espaços padronizados ameaçando, assim, a paralisia da subjetividade. E então, observamos a proliferação de barreiras físicas e imaginárias que

dificultam e impedem a passagem de fronteiras, seja entre estados e/ou urbanas, produzindo e reiterando a migração enquanto um problema social, e acentuando a precariedade de determinados corpos.

3. “*Que se vaya Maduro!*”: Capitalismo e Biopolítica

Yolanda chora ao lembrar dos brinquedos do filho que ficaram para trás. Ela, o marido e o filho não puderam levar consigo muita bagagem. Quando decidiram migrar, não sabiam o que esperar do futuro, menos ainda o que esperar da do país que chegariam. Quando alguém sente que precisa migrar, mas não sabe para onde, quais são os critérios que lhes parecem relevante? Fanon (2008 p.34) afirma que “um homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito.”. Ir a um país no qual não se domina a língua, pode ser uma mudança demasiadamente radical, para alguém que vai para um lugar completamente novo somente com algumas roupas e muitos desejos. Assim sendo, o casal decidiu partir para a Argentina, mais especificamente, Buenos Aires. O casal e o filho haviam saído de uma cidade do interior da Venezuela e partido em direção a Buenos Aires. Pegaram um avião pela primeira vez, em direção ao sonho de uma vida melhor.

O sonho da metrópole globalizada, inspirada pelo desenvolvimento de telecomunicações e a implementação de modelos de produção planetária, faz parte da construção do que se denomina “era da crise”. O mundo pode ser visto como uma imensa rede, na qual as cidades passam a ser metrópoles. As metrópoles são como plataformas de interligação, estações, pontos constantes de entrada e saída. (COMITÊ INVISÍVEL, 2016 p. 140). A maneira como se ingressa em determinada cidade: por quais vias de deslocamento, em que condições geopolíticas, cor, etnia, gênero e orientação, podem definir o seu lugar no espaço urbano de cada metrópole. A arquitetura urbana, seus projetos, caminhos, delimitação de espaços mais ou menos vivíveis, mais ou menos valorizados alimenta certos estigmas da cidade: trabalhadores que lotam cidades-dormitório nas periferias e transportes coletivos para de lá se deslocarem; locais de luxo, próximos ao centro da cidade fazem com que tudo que se distancia desse *modus vivendi* torne-se mais estigmatizado e segregado.

A denominada “era da crise” parece ocupar um lugar privilegiado no globo. A economia vai quase sempre mal e tal justificativa aparece como uma das fronteiras que delimita o que convém chamar de “povo”, quando existe a necessidade de acolher aqueles que emigram de outras partes do mundo, geralmente locais mais empobrecidos. Butler (2018) afirma que não

existe possibilidade de “povo” sem uma fronteira discursiva desenhada em algum lugar, traçada ao longo das linhas do Estado-Nações, das comunidades raciais, linguísticas ou por afiliação política. “O movimento discursivo para estabelecer “o povo” de um modo ou de outro é uma oferta para ter determinada fronteira reconhecida, quer a entendamos como a fronteira de uma nação ou como o limite da classe de pessoa.” (BUTLER, 2018, p. 19).

As prateleiras do mercado e as vitrines de lojas, acompanham a racionalidade capitalista, que hegemonicamente impera nos países ocidentais, calcada no lucro e na competição. Yolanda caminha atenta pelas ruas de Porto Alegre. Ela procura os avisos de “Precisa-se de funcionários” ou “Deixe seu currículo aqui”, sem deixar de observar as pessoas e os produtos expostos ao público que caminham pelas calçadas. As calçadas que conduzem o caminhar dos pés de Yolanda, são sempre povoadas por desconhecidos, ainda que circule muitas vezes pelas mesmas ruas, e apesar disso, sente-se segura. As ruas arborizadas, com um bom calçamento e a arquitetura refinada do bairro, certamente colaboram para tal. De fato, não é a segurança que lhe preocupa, mas sim, o fato de que mesmo tendo migrado para ter uma vida melhor, para fugir da fome, permanece sem ter dinheiro para comprar o que precisa.

A família de Yolanda migrou para Buenos Aires, onde conseguiram permanecer por alguns meses. “Por que migrar, se aqui também não consigo comprar o que já não conseguia em meu país?!”. A perguntava latejava em suas entranhas, deixando cada vez mais nítida as fronteiras entre um cidadão Argentino e um Venezuelano, ainda que falassem o mesmo idioma. Diante da frustração, migraram pela segunda vez. Pergunto-me se migrar, só acontece quando saímos do nosso país de origem ou quando nos sentimos pertencentes a algum lugar. Chegaram em Porto Alegre há cerca de três meses, sendo acolhidos na casa de familiares de Yolanda que, apesar das dificuldades, pôde lhes emprestar uma casa para morar até conseguirem pagar um aluguel e terem sua própria casa.

As cidades biopolíticas não têm mais interesse na produção de bairros, nos quais reúnem-se comunidades com experiências comuns, uma vez que, essas comunidades poderiam articular-se politicamente. Como coloca Benjamin (2012) com o desenvolvimento da técnica, uma nova miséria recaiu sobre os homens: a pobreza da experiência que vincula os homens. Para o autor, a pobreza não é em experiências privadas, “mas experiências da humanidade em geral” (BENJAMIN, 2012 p. 125). Espalhadas de maneira desarticulada na cidade, essas vidas precarizadas reproduzem uma lógica de individualização dos corpos, em prol de uma diferenciação que segue as ordens econômicas, raciais e políticas da cidade.

De acordo com Lazzarato (2019) o racismo contemporâneo é ao mesmo tempo uma mutação do racismo colonial e da guerra contra as populações colonizadas, o que significa

afirmar que o imigrante não está do outro lado do oceano, mas que ele povoa as cidades como cidadãos, onde exercem, no mercado de trabalho, as funções ingratas que os cidadãos não querem exercer. O racismo contemporâneo é o racismo que deriva do processo colonial contra as populações colonizadas.

O modelo da guerra contemporânea, portanto, já não é uma guerra contra um inimigo que está do outro lado da linha fronteira desenhada no mapa. O inimigo, o não-semelhante, está presente dentro das linhas de fronteira e, cada vez, mais exige uma vigilância constante podendo ser qualquer um. Mbembe (2017 p. 72) afirma que antigamente os objetos, ou inimigos, “tinham os nomes privilegiados de negro e judeu, hoje, negro e judeu têm outros nomes - o islão, o muçulmano, o árabe, o estrangeiro, o imigrante, o refugiado, o intruso, para citar alguns.”

Jesus, companheiro de Yolanda, circula pelo bairro à procura de bicos de pedreiro ou qualquer outro trabalho que seja possível para um imigrante venezuelano sem formação acadêmica. Yolanda também circula pela cidade, às vezes deixa o filho com uma conhecida de seus parentes que lhes acolheu na casa emprestada, às vezes procura vaga para seu filho em alguma escola infantil e outras deixa currículos em algumas empresas que prestam serviços terceirizados. Ecoam em sua cabeça as palavras de outro contemporâneo: “- Tem que aceitar todo o trabalho que vier”. Para ela e o marido, que não têm formação acadêmica, parece redundante. Que outra possibilidade teria que não essa? Desde a Venezuela, passando por Buenos Aires e chegando em Porto Alegre, muitas coisas se repetem.

Há uma semana o proprietário da casa, em que Yolanda vive com seus familiares, descobriu que seus inquilinos estavam hospedando mais esta família de venezuelanos. Diante do fato, decidiu requerer a casa de volta, exigindo a saída de todos no período de um mês. Butler (2018 p. 73,1/502) afirma que “a "precariedade" designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte.”. Agora estão todos prestes a serem despejados.

O medo produzido por esse outro, é um afeto poderoso que leva a uma afirmação fantasmática no nacionalismo, do poder da soberania. O medo de perder o pouco que se tem, sustenta uma ideia de guerra contra os imigrantes e faz proliferar os discursos de que imigrantes roubam empregos, trazem doenças e afins. O medo faz crescer uma forma de subjetivação identitária e nacionalista (LAZZARATO, 2019).

Diante das lágrimas de Yolanda, outro estrangeiro pergunta “Qual seria a sua cidade dos sonhos?”. Sem tempo de responder, o filho que se distraía com os brinquedos disponíveis no

museu que leva o nome de um poeta, corre apressado para os ouvidos da mãe. Após alguns segundos, a mãe abre um sorriso, e, diante da inevitabilidade de contar o que o filho disse, revela: “*Que se vaya Maduro!*”.

A frase inesperada despertou uma dúvida: qual reação seria esperável para tal afirmativa? Embora a situação tenha durado, no máximo, dez segundos, a reação parece ter sido postergada por todos os presentes, que se olharam atentos. Os olhos cruzaram-se e voltaram-se para a criança. Todos riram, como se fosse “apenas” brincadeira de crianças. Entretanto, mais do que uma brincadeira, a frase expressou os desejos da família que sabia que a simples partida de Maduro não resolveria os problemas do país e de sua família, mas desejava que assim fosse, como uma brincadeira onde é possível sonhar e condenar o vilão a derrota e o esquecimento e entoar o “viveram felizes para sempre”.

5. ENTRE CAPÍTULOS: OS IMPACTOS DA COVID-19 NA POPULAÇÃO DE IMIGRANTES

Este entre capítulos, surge mediante a urgência de informações acerca dos impactos da pandemia de COVID-19 na população de imigrantes no Brasil e, mais especificamente, em Porto Alegre, uma vez que os encontros com imigrantes venezuelanos durante atividades de campo aconteceram meses antes de o mundo se transformar drasticamente. Tão repentinamente quanto o surgimento do vírus, observamos o fechamento de fronteiras e outras medidas adotadas para conter a contaminação das populações, o que, conseqüentemente, afetou imigrantes e despertou a preocupação em relação às condições de acesso e informação sobre saúde e os impactos das medidas de distanciamento.

A questão da migração venezuelana para o Brasil e outros países da América Latina, devido à crise econômica, social e política, já apresentava diversos desafios, tanto para os países que promoveram o acolhimento, quanto para a própria Venezuela. No entanto, além da crise já existente, a pandemia do COVID-19 dificultou ainda mais as condições de vida destes em solo brasileiro e no próprio país, expondo ainda mais as desigualdades no acesso aos serviços de saúde, na economia e o racismo, como afirmam Reis e Santos (2020 p.7):

A covid-19 não é só alegoria, distopia neoliberal. Ela confirma, pela enésima vez, a frase de William Coleman, um grande estudioso de epidemias oitocentistas: “A morte é uma doença social”. Uma crise epidêmica dessas dimensões expõe as desigualdades de acesso aos serviços de saúde, a dependência da sociedade em relação aos trabalhadores mal remunerados que fazem com que tudo que é básico continue a funcionar, o racismo estrutural multissecular.

Para além dos aspectos relacionados às desigualdades, Gamlen (2020) alerta que a pandemia exacerba a xenofobia, o racismo e os sentimentos anti-imigrantes. Tal alerta sustenta as percepções de que os ataques à China e as teses conspiratórias em relação ao surgimento e contaminação proposital são ataques xenófobos e racistas que atacam um grupo específico de imigrantes, levantando muros que exaltam a ideia ficcional de um inimigo (MBEMBE, 2017).

A pandemia no Brasil enfrentou, e ainda enfrenta, muitas dificuldades sanitárias em função de informações controversas veiculadas pelos órgãos governamentais, os movimentos negacionistas e o alto índice de transmissão do vírus. A mortalidade atingiu diversos picos ao longo do ano de 2020, havendo pouca ou nenhuma mobilização dos órgãos federais em relação à população em geral, menos ainda no que se refere à proteção de imigrantes, uma vez que esses tornam-se mais expostos aos trabalhos precários e diante da necessidade de isolamento e paralisação das atividades.

Nesse sentido, especialistas criticam a falta de informações detalhadas acerca dos impactos da pandemia especificamente na população migrante, por parte dos órgãos responsáveis, alegando que a ausência de dados dificulta a produção de estudos sobre as desigualdades existentes, bem como a criação de políticas públicas (MENEZES, 2021).

Após quase dois anos de pandemia no mundo, no entanto, temos dados suficientes que afirmam as inúmeras desigualdades aprofundadas pela pandemia de COVID-19¹⁹. Entre elas, Fraga e Oltramari (2020) analisaram o grande impacto em relação às mulheres. Comparada a outros períodos de recessões que afetam mais os homens, em função do desemprego, esta pandemia resultou em maior vulnerabilização das mulheres, em função das exigências de isolamento social e por demandar alta carga de trabalho de cuidado, em setores tradicionalmente de maior participação feminina, tais como a área da saúde, educação e serviços domésticos. Além disso, as mulheres continuam sendo as mais encarregadas dos cuidados maternos o que, em função do fechamento das escolas, demandou mais trabalho dentro das residências²⁰.

Quanto ao acesso ao Auxílio Emergencial, que foi disponibilizado pelo governo federal, constatou-se que poucos imigrantes conseguiram de fato solicitar o benefício, seja pela dificuldade de acesso à informação, seja pela falta do Cadastro de Pessoa Física (CPF), necessário para o cadastro no site oficial. De acordo com uma pesquisa feita pelo Grupo de Assessoria aos Imigrantes e Refugiados - GAIRE, grupo vinculado com a Universidade Federal

¹⁹ <https://news.un.org/en/story/2021/09/1101552>

²⁰ http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf

do Rio Grande do Sul, muitos imigrantes e refugiados não receberam o auxílio mesmo cumprindo todos os requisitos (GAIRE, 2020)²¹.

Enfatizo aqui que as informações coletadas acima não tratam dos imigrantes venezuelanos especificamente, mas dos imigrantes em geral no estado do Rio Grande do Sul. E, embora as particularidades de cada grupo imigrante devam ser consideradas, os dados apontados afirmam a importância de políticas públicas que possam ser entendidas e acessadas pela população de imigrantes como um todo, já que não se trata de um problema de uma ou outra nacionalidade, senão de pessoas que chegam à cidade e encontram barreiras de informação, entendimento da língua, acesso a direitos, e outras equivalentes.

Em relação ao grupo de venezuelanos, com os quais nos encontramos e através dos quais esta pesquisa foi possível, tivemos poucas informações durante a pandemia. Após algumas tentativas de contato, recebemos retorno de apenas um imigrante que permanecia em Porto Alegre, realizando atividades *online*. Em relação aos demais participantes, não conseguimos entrar em contato.

No entanto, Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2020) apontam que, dentre os impactos da pandemia para os imigrantes, está a interrupção dos projetos migratórios, uma vez que devido ao perigo de contaminação, muitas fronteiras foram fechadas, tal como aconteceu no Brasil como mencionado anteriormente. Constatou-se, ainda, a proibição de emissão de vistos e demais medidas restritivas que dificultam a reunião familiar.

Nos dados apresentados pelo Sistema de Tráfego Internacional observa-se uma redução histórica de movimentos de entrada e saída no Brasil, a partir de março de 2020, sendo que os únicos números que apresentaram ascensão foram referentes à deportação. Parte dessa redução deve-se ao fato de que a fronteira do Brasil com a Venezuela encontrava-se fechada e, após sua abertura, os registros de entrada e saída passaram a aumentar gradativamente (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). A retomada do fluxo de imigrantes venezuelanos, fala também, sobre o agravamento que a crise imposta pela pandemia do Covid-19 acrescentou à crise político-econômica já existente naquele país. De acordo com Singer (2021), as medidas adotadas para a contenção do vírus acabaram por acentuar ainda mais as dificuldades que vinham se avolumando na Venezuela:

Os dados mostram que as medidas do Governo contra a covid-19 acabaram catapultando a crise. As iniciativas para frear a pandemia, em um país com uma circulação do vírus semelhante ao que é visto em nações mais isoladas, custaram às crianças um ano e meio fora das salas de aula e levaram à paralisação de parte do setor

²¹ Página do GAIRE. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/saju/grupos/gair>>

produtivo, com um esquema de sete dias de quarentena seguidos de sete dias de abertura. (Singer, 2021).

Tais informações evidenciam quão importante se faz a construção e implementação de políticas sociais que funcionem em conjunto com políticas migratórias de acolhimento e atenção específica para essa população, principalmente diante de uma pandemia que assola não só a América Latina, mas o mundo como um todo, e tornou ainda mais intensas as profundas desigualdades que já marcavam as condições de vida nesses países do Sul Global.

6. ENCONTROS COM A CIDADE DE PORTO ALEGRE

Um corpo é feito, antes de mais nada, para se mover, para andar. É por isso que só existe sujeito itinerante, que vai de um lugar a outro. A viagem enquanto tal pode não ter um destino preciso: pode-se também entrar e sair à vontade. Pode ser que existam etapas já fixadas previamente. O caminho, porém, nem sempre conduz ao local desejado. O que importa, pois, não é o destino, mas sim o que se atravessa ao longo do caminho, a série de experiências das quais se é ator e testemunha e, sobretudo, a parte imprevista, aquilo que acontece quando menos se poderia esperar. Trata-se, portanto, de prestar mais atenção ao caminho em si e aos itinerários do que à destinação. Daí a importância da estrada. Achille Mbembe

O estrangeiro que, em um dado momento, já foi habitante de um lugar em que se reconheceu como pertencente, como em seu território natal, concebe a vida, mais facilmente, de acordo com os locais que habita ou habitou. A migração, em sua dimensão de processo que transforma radicalmente a experiência de viver, habitar, pertencer ou comungar de determinados hábitos, implica, necessariamente, uma transformação nas subjetividades, de quem a experimenta, seja migrando, seja acolhendo imigrantes. Compreendendo tais efeitos nas subjetividades como mudanças causadas pela experiência de existir que modificam a maneira de ser e se posicionar no mundo, consideramos ao longo dos capítulos um e dois o papel das fronteiras geográficas e geopolíticas, a migração forçada por questões políticas, sociais e econômicas. Identificamos também o racismo e o capitalismo como forças que produzem formas de existir, ou mesmo de deixar de poder existir.

São aspectos que impactam de acordo com as possibilidades de driblar as variáveis, principalmente, econômicas, que garantem uma posição mais ou menos privilegiada, tanto no local de origem como no local de acolhida, ainda que não seja a garantia de manutenção de todos os privilégios. Observamos ao longo dessa pesquisa a capacidade de driblar as dificuldades e refletir o quanto elas modificam certas experiências que mapeamos como experiências comuns, no sentido de poderem ser compartilhadas pelo grupo de imigrantes com os quais nos encontramos ao longo dessa pesquisa.

Relembrando as questões metodológicas apontadas no capítulo dois deste trabalho, duas oficinas foram ofertadas ao grupo de imigrantes, sendo a primeira no dia onze de maio de dois mil e dezenove, quando nos encontramos com grande grupo de venezuelanos que participavam do encontro de imigrantes promovidos pela Avesol. Nesta atividade, um grupo restrito de quinze imigrantes decidiram participar desta primeira etapa. A oficina teve duração de aproximadamente uma hora. Destes participantes, apenas cinco fizeram parte da oficina de compartilhamento de fotografias, que aconteceu no dia vinte e cinco de maio do mesmo ano, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. A oficina de compartilhamento de fotografias aconteceu na Casa de Cultura Mario Quintana, tendo duração de aproximadamente quatro horas. Informo que, em razão dos termos propostos pelo TCLE, os nomes dos participantes foram preservados através do uso de nomes fictícios.

A oficina de mapas afetivos permitiu identificar os espaços geográficos e afetivos nos quais cada um dos participantes circulava e aos quais se vinculavam naquele momento. O mapa foi construído pelos participantes da oficina em um cartaz disponibilizado pelos pesquisadores, após um período de trocas a respeito das experiências com e na cidade, tal como o tempo em que estavam morando em Porto Alegre, os motivos que lhe traziam especialmente para esta cidade, quais rotas e formas de deslocamento eram adotadas, quais as comparações entre as cidades que viviam anteriormente. Já a oficina de compartilhamento de fotos, materializou parte do cotidiano e dos vínculos referenciados durante a primeira oficina, bem como, procurou explorar as experiências na cidade, através. A partir das imagens existentes em seus celulares, procuramos explorar os lugares em que as fotos eram capturadas, expressões, e as memórias de cada imagem.

Mapas e fotografias passaram a compor esta pesquisa de uma maneira especial, seja pela materialidade que imprimiram às narrativas, seja pela diversidade de experiências na cidade. Sendo assim, houve preocupação acerca do uso que poderíamos fazer desses materiais como ferramentas de análises, uma vez que, embora o grupo fosse pequeno em termos numéricos, as diferenças dos participantes entre si permitiam uma grande amplitude de análises. Passamos, então, a trocar narrativas, por meio de whatsapp, nas oficinas e encontros eventuais ocorridos ao longo do processo investigativo, o que nos permitiu analisar conjuntamente os mapas afetivos, fotografias e narrativas. Desse olhar coletivo emergiram as categorias analíticas que passaremos a relatar naquilo que expressam a multiplicidade de experiências e vivências dos venezuelanos participantes da pesquisa.

Nesse sentido, é importante explicitar que, tal movimento de análise, exigiu que emergíssemos enquanto estrangeiros de uma cidade compartilhada. Assumindo que nossa

experiência com e na cidade de Porto Alegre também era recente, já que variava entre 1 a 3 anos circulando na capital gaúcha, experimentávamos, também entre nós pesquisadores, certos sentimentos que nos faziam meio estrangeiros, ao olharmos fotos, trajetos, narrativas e sensações trazidas pelos participantes em nossas conversas. Assumindo, portanto, a radicalidade de considerarmos e incluirmos análises de nossas implicações aos materiais produzidos durante as duas oficinas mencionadas, como motores propulsores das análises, seguimos à construção das categorias que pretendemos explorar nas páginas a seguir.

São, portanto, categorias que expressam as experiências na cidade, considerando os marcadores sociais da diferença, trabalhados a partir do olhar interseccional apresentado nos capítulos anteriores, que são compartilhadas por sujeito que migram entre cidades e estados, como nós pesquisadores desta pesquisa; como entre os que migram de um país para o outro, como no caso dos venezuelanos com quem nos encontramos.

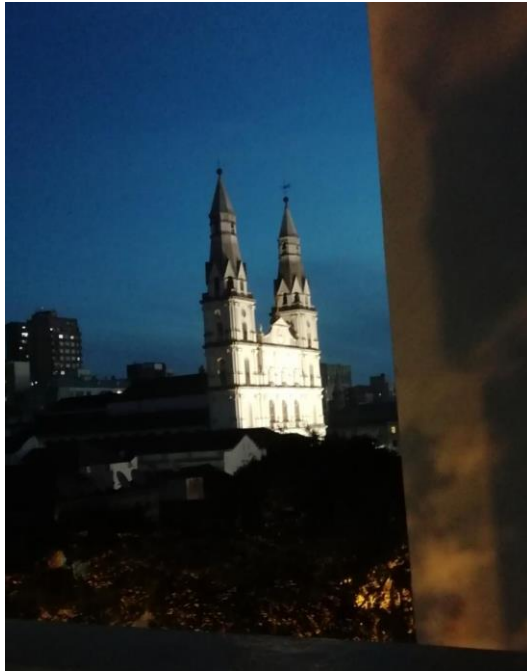
Iniciaremos pelas narrativas que dizem respeito às cidades inventadas, reunidas aqui em uma categoria ampla, seguida dos conteúdos que aludem às saudades, e crianças, que foi uma categoria especialmente desafiadora que se impôs a ser trabalhada ao longo das imersões no campo da pesquisa.

1. Cidades Inventadas

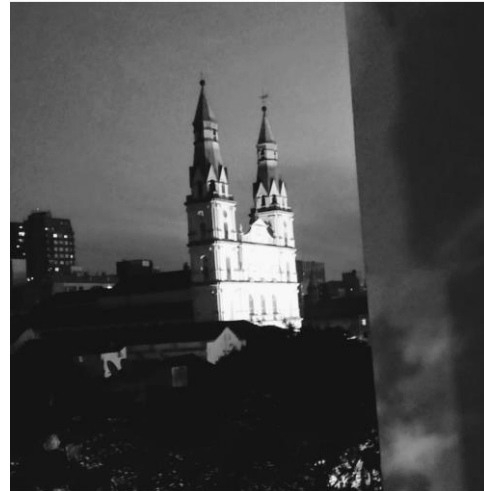
Descobrir uma cidade, consiste em um processo de vivenciá-la, experienciar diferentes maneiras de circular, gravar pontos de referência, mas também considerar elementos que estão diretamente conectados com memórias e afetos. Guattari (2012) afirma que o espaço nos interpela de diferentes pontos de vista, quer tenhamos consciência ou não disso. São pontos de vista estéticos, históricos, funcionais, afetivos, uma vez que edifícios e construções não são apenas concretudes urbanas, distribuídas no espaço, mas são máquinas enunciadoras de subjetivações.

O encontro entre sujeito e cidade apresenta a produção de diferentes agenciamentos de subjetivação. Diferentes bairros, maneiras de circular, consumir, trabalhar e viver favorecem certos discursos e manipulam impulsos cognitivos e afetivos (GUATTARI, 2012). Como quando Yolanda observa e fotografa as igrejas pelas quais ela passa ao caminhar pela cidade com o filho e o marido:

■ Igreja das Dores em cores



(a) em cores



(b) em Preto e Branco

A Violeta, tímida e corajosa, mira a câmera de seu celular do alto do Hotel Majestic e captura a vistosa igreja das Dores ao longe. Logo em seguida, ela escolhe um filtro branco e preto para a imagem e compartilha as duas fotos em sequência, em nosso grupo de whatsapp. A imagem colorida, ainda que com algum filtro, me remete ao presente, enquanto que a foto em preto e branco, tem sua margem inferior cortada, na tentativa de esconder uma parede que não deveria compor a imagem, e a fotografia adquire ares de um passado nostálgico. A cidade é esperança e medo, pois o Brasil foi o país possível depois de terem vivido uma péssima experiência na Argentina, país que escolheram como a primeira opção, ao verem-se forçados a migrar. A esperança de conseguirem viver para além de existir na cidade está cada vez mais ameaçada, uma vez que a família corre risco de despejo da casa onde está vivendo “de favor” dos parentes.

A casa que hoje habitam está localizada em um dos bairros de classe média alta da cidade, o que exalta a diferença econômica e social entre eles e os vizinhos e levanta alguns muros invisíveis, mas bem experimentados em seus corpos estrangeiros, com o resto da cidade. Ali naquele bairro, eles procuram trabalho e compram os alimentos que podem pagar ou dividir com a família hospedeira. A cidade de Porto Alegre existe de acordo com as possibilidades que pés e pernas permitem ao longo de suas caminhadas, onde estão expostos, inclusive, às intempéries do clima.



A câmera do celular captura a criança na chuva, mas o que me salta aos olhos, não é a chuva ou a rua estranhamente vazia ao fundo, mas sim a largura do passo. Eu me pergunto se o largo passo, e expressão resoluta, que a criança exhibe na foto é fruto de sua necessidade de ir mais rápido ou afirma seu desejo de chegar o quanto antes.

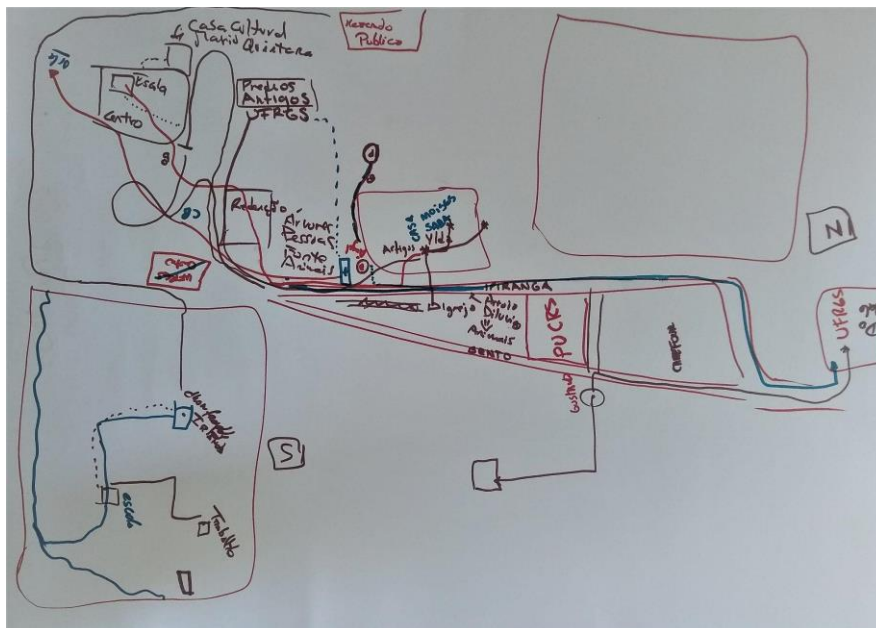
O alcance dos espaços construídos, para Guattari (2012), atuam como máquinas de sentido, sensação, mas que também podem atuar no sentido de um "esmagamento uniformizador", quanto no de uma "re-singularização" libertadora de subjetividades, por isso, atentemo-nos nas "entrelinhas" que potencializam a produção e criação individual e coletivamente.

A cidade obtém a capacidade de esmagamento das subjetividades quando tudo o que se tem e o que se pode fazer depende do dinheiro. Yolanda e sua família criam estratégias de vida ao criarem uma cidade onde os pés desbravam os caminhos. Por outro lado, alguns imigrantes dispuseram de outras possibilidades para descobrir e criar uma Porto Alegre talvez menos esmagadora.

Quando a força propulsora de um corpo é acoplada a uma maquinaria técnico-científica, como as engrenagens de uma bicicleta ou o motor de um ônibus, nossos órgãos sensoriais, as funções orgânicas, os fantasmas, reflexos etiológicos encontram-se também mecanicamente ligados nesse mundo (GUATTARI, 2012). Tal maquinaria permite uma outra percepção acerca das velocidades e das percepções espaciais e corporais e, sendo assim, os mapas podem ser

construídos a partir das principais ruas em que meu corpo circula, ligando as ruas que conectam referências.

■ Trajetos do mapa afetivo



O mapa desenhado acima, durante a oficina de mapas afetivos, comunica, principalmente, as referências de ruas a organizações que a maioria dos participantes definiu como referências em comum. Além das ruas de maior circulação para eles, duas organizações ganham destaque: PUC e UFRGS. Dois grandes estabelecimentos de ensino que conectam majoritariamente os imigrantes deste pequeno grupo, que são estudantes ou trabalhadores de uma universidade.

A cidade no encontro com a universidade permite a invenção de uma cidade múltipla em encontros com outras pessoas e possibilidades de olhar para o mundo. No caso de Mara, a cidade ganha ares de descoberta, ao visualizar, entre os cascalhos no chão do Parque Farroupilha, uma rocha específica e muito rara em seu país:

■ Pedras raras



Diante da rocha, surge a exaltação de quem vê a cidade através da memória de seu país, procurando outras possibilidades de vida para si, seu marido e filhos. Pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a família estreita as distâncias através da bicicleta, que percorre as ciclovias que margeiam as águas poluídas do Arroio Dilúvio que divide a Avenida Ipiranga e multiplicam as possibilidades de cenários e experiências impulsionados pelo corpo e pelos desejos. Porto Alegre é a cidade que escolheram para viver e crescer com seus filhos, a cidade é possibilidade de um pôr do sol em família:

■ Passeio em família

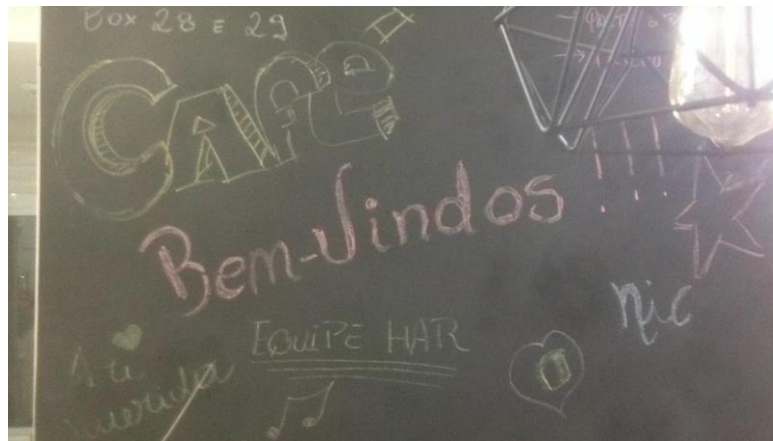


Mara, seu marido e as crianças, desembarcaram juntos nessa cidade há um ano, Talvez a experiência compartilhada possa ter influenciado na criação dessa Porto Alegre que lhes

parece menos distante e diversa hoje de sua cidade natal. Mas a história das migrações relata que migrar com a família não é algo comum, sendo que, de maneira geral, quem migrava primeiro era o homem, responsável economicamente, e posteriormente os demais membros da família juntavam-se mediante uma estrutura mais estável. Tal processo foi vivenciado por Gil, que chegou ao Brasil há cinco anos atrás e que somente após adquirir uma estabilidade financeira conseguiu reunir seus familiares.

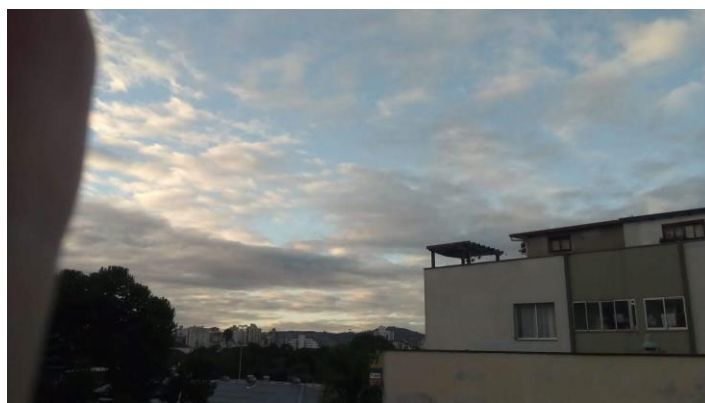
Gil viu em Porto Alegre a possibilidade de viver em uma cidade onde o governo não ditasse o quão alto poderia ser o sonho dos cidadãos e, passou a construir, em seu novo lar, um espaço de acolhida não só para sua família, mas para muitos venezuelanos.

■ Bem-Vindos



Ainda que muitas pessoas já tenham desembarcado nesta Porto Alegre, ainda há espaço e desejo de que muitas outras encontrem seus lares e alegrias por aqui. Gil acorda e captura a imagem do sol pela manhã, antes de adentrar o ônibus que vai conduzi-lo até o horizonte.

■ Alvorecer na janela de casa



Diferentes enquadramentos, cenários, desejos, pessoas e cidades. Todas elas são descobertas e criações possíveis para os imigrantes venezuelanos que encontramos aqui. São diferentes formas de se deslocar e viver, produzir e ser produzido subjetivamente.

2. Saudades

Abordar a saudade neste texto, refere mais à tentativa de abordar um conhecimento que Guattari (2012), a partir de Viktor Von Weizsacker, qualifica como pático, uma vez que não decorre de um conjunto de discursos bem delimitados, mas antes por agregação do que ele chama de territórios existenciais.

Os territórios existenciais anunciam a presença de narradores parciais comuns por detrás de entidades diferentes e heterogêneas que caracterizam partes do corpo real e do corpo imaginário, o espaço doméstico vivido e as formações do eu. São traços inerentes à etnia e à vizinhança que compõem o espaço em que se vive (GUATTARI, 2012).

A saudade enquanto uma manifestação dos territórios existenciais não fala de um sujeito em geral, nem, tampouco, de uma enunciação individualizada, mas de componentes parciais e heterogêneos de subjetividade e de agenciamentos coletivos. Sendo assim, podemos afirmar que, embora sejam narradas saudades de elementos existenciais específicos, é nítido que a saudade extrapola tais elementos, uma vez que eles falam sobre territórios existenciais constitutivos.

A saudade de sua terra... a ausência está sempre presentificando tudo daquele país que pode ser carregado na bagagem virtual desta gente. Foi isso, também, que me fez pensar que os estrangeiros querem "voltar pra casa". Mas, neste encontro, Gil disse "eles querem ficar". Não era assim que eu via o cenário antes. Gil disse "eles querem voltar a um país que não existe mais. (Diário de Campo 8/05/2018)

Um pequeno pote, com uma espécie de farinha, é uma entre as várias comidas comuns na Venezuela, que presentifica o país e contribui para a sensação de estar em casa. O pequeno pote de farinha junta-se às demais comidas que, com temperos e ingredientes encontrados no Brasil, procura satisfazer o paladar venezuelano:

■ Farinha venezuelana



Satisfazer o paladar venezuelano no Brasil é assumir que, mesmo distante do lugar em que seus paladares, cheiros e gostos se constituíram, ainda é possível encontrar os rastros de sabores e ao mesmo tempo acostumar o organismo e a memória aos novos sabores. Assim, o alimento serve como um canal de intermediação entre o local de origem e a cidade em que vivem, é uma forma de recuperar parte do que representa o local de origem (WEITZMAN, 2015) Mesmo no país de origem, a escassez impediria que o sabor completo pudesse ser construído e seria, também, negar que o tempo passou e os alimentos se transformaram ao longo da história. Seria ficcionar uma Venezuela que permanecesse a mesma de suas memórias.

A presentificação da Venezuela de vinte anos atrás, ou de um país que não existe mais à maneira que lhes evocam saudades, é uma tentativa de afirmar que é possível fazer um lar em país estrangeiro. É possível construir novos territórios existenciais que são venezuelanos e brasileiros para as crianças que não tiveram tempo para explorar todos os sabores.

Mas não nos enganemos, a comida, independente do sabor, é uma forma de sobrevivência da qual muitos venezuelanos foram privados durante a crise que lhes forçou a migrar. Por isso a comida ganha novos sentidos no novo lugar, como expresso nos estoques de alimentos nos armários domésticos, às vezes até que apodreçam, devido ao trauma da experiência vivida com o desabastecimento em seu país de origem.

Há, além dos sabores e dos traumas presentificados na comida, a lembrança das igrejas que Joana frequentava na Venezuela. Em seu tempo livre, a senhora de cabelos brancos, passeia pelo centro histórico visitando os diversos templos católicos, tal como costumava fazer em sua terra natal. Mais que apreciar a beleza, Joana procura reviver um cotidiano em sua nova cidade.

Religião e memória



Alimentos e religiosidade fazem alusão à saudade da família, sempre presente em qualquer conversa. Os que podem, falam em reunir a família no Brasil. Os que não conseguem ver essa possibilidade no horizonte almejam um dia poder voltar para a Venezuela. Yolanda tem os olhos marejados ao lembrar da família, enquanto Gil guarda dinheiro para tentar reunir mais um familiar.

Ao mesmo tempo em que a saudade alude a um espaço e uma cultura, é importante afirmar que é cada vez mais difícil, para não dizer impossível, desconsiderar que a concepção de uma cultura e de sujeitos originários encontra-se cada vez mais distante das concepções contemporâneas. Isso porque estamos nos tornando constantemente mais desterritorializados

(GUATTARI, 2012), ou seja, elementos como corpo, culto e outros não estão mais dispostos em um ponto preciso da terra, pois a subjetividade encontra-se cada vez mais nômade. Produz-se, assim, venezuelanos cada vez mais aculturados nos costumes brasileiros, mesmo quando voltam para a Venezuela, tanto quanto os brasileiros que elegeram a culinária venezuelana como sua favorita.

A subjetividade nômade e o ser humano desterritorializado falam sobre a construção de um mundo cada vez mais múltiplo que se engendra por diversos mecanismos, proliferando espaços diversos e cidades polifônicas. "As terras natais estão definitivamente perdidas." (Guattari, 2012, pg 169), o que é possível é a restauração de uma "Cidade Subjetiva" na qual engajam-se singularidades e coletividades.

3. Crianças

Como devem crescer rápido essas crianças que são apontadas pelos seus pais como aqueles que mais sofrem nesta mudança e aqueles que mais expressam sofrimento. É isso que muitas vezes dizem para nós: as crianças são os que mais sofrem. Contudo, a despeito de todo esse saber científico que fala de trauma, o olhar da filha de Gil me disse que às crianças estrangeiras é realmente dada a possibilidade de se reinventar. (Diário de Campo 8/05/2018)

Dentro da sala 314 do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde conversamos diversas vezes com Gil acerca da sua experiência como venezuelano e com venezuelanos que moram e chegam a Porto Alegre, as crianças foram seguidamente o tema principal: "crianças brincam com facas", "as crianças não sabem dizer onde estão diante de um mapa", "as crianças estão chegando em situação de medo e vulnerabilidade", "crianças de 6 e 8 anos, estão com muito estresse", "crianças estão pedindo a seus pais para irem para o céu".

Tais frases eram escutadas por nós, assim como pela filha de Gil que, junto com o pai compareceu naquela reunião. Enquanto conversávamos lá estava ela, com seus aproximados onze anos, ouvindo tudo, com a postura de uma criança que já sabe que é educado fingir que não escuta nada da conversa dos adultos. Ao mesmo tempo sua presença fazia-nos pensar sobre a potência de descartar, no novo lugar, o título de estrangeiras, pois são as crianças, por exemplo, que aprendem a língua mais rapidamente e logo já são capazes de se expressar sem sotaque. Também são elas que guardam a possibilidade utópica para muitos de seus pais, de escolherem, quando adultas, voltar ao seu país de origem e reencontrarem-se com ele,

reinventarem seus lugares, recriarem seu país. Ou permanecerem onde estão ou ainda buscarem novos lugares para chamar de lar.

A linguagem, percebida como uma forma de vinculação com sua origem, destaca de maneira mais evidente o venezuelano do brasileiro. Manter o espanhol, para os venezuelanos é mais do que falar uma língua, é uma forma de demonstrar a vinculação com uma cultura e mantê-la presente no cotidiano. As mães lamentam o fato de as crianças aprenderem o português tão facilmente que progressivamente deixam de utilizar o espanhol em seu cotidiano: *“Eu não quero que ele pare de falar o espanhol, fico bem chateada por ver ele perdendo a língua. Em casa eu tento só falar em espanhol, para ele lembrar de onde veio. Se eu deixar ele só fala português”*.

O que devem pensar as crianças venezuelanas que falam mais o português do que o espanhol? Ouso pensar que para as crianças, dominar duas línguas seja mais do que necessidade, como no caso dos adultos, como afirmam Balestro e Pereira (2019), mas a possibilidade de construir diferentes pontes para perceber o mundo à sua volta. Através da língua ela consegue unir dois mundos que lhe constituem, um familiar e outro a ser explorado.

■ Crianças venezuelanas brincando com crianças brasileiras



Fonte: Foto cedida durante a oficina de compartilhamento de fotos

Às crianças é dada a possibilidade de experimentar o mundo através das intensidades produzidas no encontro com o espaço e, descobrindo o mundo através dos caminhos percorridos com os pés, no encontro com as línguas, cheiros, sabores e sentimentos, constroem-se, dessa forma, mapas de intensidades. Assim, os mapas são tomados como extensão em relação ao

espaço e aos trajetos, e também como mapas de intensidades, que dizem respeito ao que preenche o espaço. As intensidades impressas em cada criança, de acordo com as possibilidades e restrições, podem ser lidas como um mapa que distribui os afetos e que são remanejáveis em função das constelações afetivas que lhes cercam.

Podemos pensar então, que mais importante do que localizar-se no mapa geográfico, à criança é mais relevante as intensidades que constituem seu percurso e a possibilidade de criar diferentes referências afetivas em relação ao espaço. De acordo com Vettorassi (2014), os mapas afetivos estruturam diferentes referências que compõem a nossa memória, e nesse sentido, a migração para as crianças pode ser entendida como uma possibilidade de a criança multiplicar suas referências permitindo se reinventar e ressignificar os sentidos de lar e origem.

Os espaços, mais do que uma perspectiva funcionalista, adquirem um sentido para fora da margem, um espaço heterotópico (FOUCAULT, 2013). Como quando um balde torna-se piscina e a passagem entre os prédios cinzentos, torna-se um quintal onde público e privado se misturam em um dia de calor intenso. Ali os vizinhos tornam-se uma rede de cuidado e as crianças que antes deste evento eram desconhecidas, agora passam a compartilhar memórias e planos de experimentação.

■ Duas crianças venezuelanas tomando banho de bacia em meio aos prédios



Fonte: Foto cedida durante a oficina de compartilhamento de fotos

Os pais imigrantes justificam o futuro das crianças como grande parte da motivação para a migração, acreditam que ao migrarem com seus filhos, estes poderão ter “*um futuro melhor*”. No entanto, mais do que localizar a criança como um vir-a-ser, onde o futuro adquire para as crianças uma carga de exigência, que tal admitir as crianças enquanto fruto de um processo de constante experimentação?

A migração, para as crianças, pode ser vista como um campo de possibilidades para o exercício da potência. Sendo um espaço carregado de multiplicidades de experiências na qual

a criança pode se jogar no encontro do real com o imaginário, deixando seu corpo explorar ambientes, percursos e emoções, como fazem as crianças que não tem pressa de crescer, mas a ânsia diante das aventuras. Tal processo de exploração, faz parte do que Deleuze (1997) definiu como devir-criança, enfatizando que devir-criança, não concerne a uma cronologia ou a uma imitação, mas uma abertura ao encontro, resistência aos agenciamentos de subjetividade e que portanto, também compõem os adultos.

Afirmo, portanto, o devir-criança como a possibilidade de se reinventar diante das duras cargas da migração. Mesmo para os adultos, evocar o devir-criança pode permitir exaltar a capacidade de construir outras realidades que não são determinadas apenas pela história de dor e sofrimento, mas pela potência inerente ao corpo que deseja e cria através das experiências.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

E eu nunca tinha pensado que "pensar as cidades" é, sobretudo, pensar sobre trânsitos "permitidos" e trânsitos "impedidos" que se referem muito mais à vida do que à rua de um mapa. Do mesmo jeito, eu nunca tinha pensado tanto no peso da pergunta sempre feita a um estrangeiro "De onde você é?". Outrora eu pensei que o estrangeiro era a pessoa que poderia sempre se reinventar, mas agora eu penso que existem várias "estrangeirices" com distintos "talvez". (Diário de Campo 8/05/2018)

Escrever as considerações finais deste trabalho torna-se um grande desafio, não apenas por representar a finalização de um amplo campo de pesquisa, que reuniu diversas pessoas e adquiriu novos sentidos a cada encontro com autores, imigrantes e grupo de pesquisadores, mas porque ao final deste processo constata-se que, mais do que concluir ou afirmar uma verdade, o que emana através das páginas são multiplicidades.

Parte da pesquisa maior intitulada "Experiências Urbanas e Produção do Comum: modos de vida e invenção das cidades em tempos de intolerância" seguiu passos comuns a esta pesquisa de mestrado, no que se refere tanto às referências teóricas, éticas e conceituais, como também ao encontro com grupos específicos que circulam na cidade. No entanto, a temática migração e cidade adquiriu corpo e relevância própria, uma vez que, ao falar sobre a cidade para além de uma mera descrição acerca de suas ruas e construções, amplia, também, o sentido de deslocamento. E o tema das migrações, nessa perspectiva, dá nova consistência e relevância ao conceito de cidades subjetivas com que vínhamos subsidiando os estudos da relação Cidade-Subjetividade que geraram esta dissertação.

Neste percurso, outros deslocamentos importantes se produziram. Não apenas o conceito de cidade e migração passaram a se multiplicar, evidenciando suas polissemias, como também o tempo histórico em que a pesquisa aconteceu transformou-se mediante a pandemia do novo Coronavírus, que modificou, repentinamente, o funcionamento das cidades. Frente às imposições sanitárias que exigiram a redução ao máximo dos fluxos e mobilidade dos corpos nas cidades, os modos de vida e de trabalho se alteraram significativamente, interferindo na forma como nos relacionamos uns com outros, como vivemos, amamos, (não) descansamos e pesquisamos passou a ser diferente.

Apontar esta transformação é afirmar que esta pesquisa deve ser considerada a partir de subjetividades pré-pandêmicas. Tempos em que ainda era possível compartilhar espaços da cidade sem a presença de máscaras, álcool gel e distanciamento físico.

Ao percorrermos a Porto Alegre que os venezuelanos nos apresentaram quando podíamos caminhar lado a lado e compartilhar salas de reuniões nos olhando face a face, encontramos muitas formas de habitar e viver esta cidade. Ao percebermos que, embora o

programa de interiorização tenha sido um grande catalisador no sentido de aproximar venezuelanos das regiões sul do país, os imigrantes que aqui estão vieram das mais diversas formas. Nem todos escolheram a cidade, nem todos a experimentam com as mesmas condições sociais, informativas, comunicativas, nem sempre vieram por meio da interiorização. Mas a possibilidade aberta com o programa federal permitiu seus reconhecimentos como sujeitos em migração, de forma a poderem ser acolhidos formalmente no Brasil e tentarem fazer daqui sua nova morada ou o abrigo temporário necessário à reconstrução de suas vidas e de seu país de origem.

As experiências migratórias, em suas diferentes maneiras de chegar no país, assim como o momento histórico com que cada um desembarcou no Brasil, mais especificamente em Porto Alegre, contribuíram na forma como cada sujeito se relaciona com a cidade, bem como com seu país de origem. Gil, imigrante que está há mais de quatro anos na capital gaúcha, não pretende retornar à Venezuela, uma vez que não vê perspectivas de vida em um futuro próximo para seu país. Tal entendimento contribui para a constituição de bases cada vez mais sólidas no país que o acolheu, e aguça a crítica nostálgica dirigida aos governos venezuelanos que o forçaram a migrar.

Por outro lado, Yolanda chora ao lembrar com saudade da Venezuela, embora afirme gostar do Brasil. Dos venezuelanos com os quais conversamos ela foi a última a chegar em Porto Alegre. As imagens capturadas na cidade, durante o percurso da pesquisa, falam sobre as saudades que ela refere de diversas formas e registra em paisagens, como quem quer afirmar que este é um tempo que vai passar. Mara e sua jovem família, exploram a cidade, nas suas mais diversas formas, e aprendem novos caminhos através da bicicleta e da construção de espaços alegres.

Assim, as categorias definidas como "cidades inventadas", "saudades" e "crianças", afirmam as diferentes maneiras de viver, criar e sentir a cidade. Juntas, as categorias abrangem os caminhos na criação de uma linguagem que mistura o espanhol com o português, criam novos cheiros e sabores que passam a ser construídos a partir dos paladares venezuelanos. Processos que resultam das constantes (des)territorializações, e coengendramento entre cidade e imigrantes.

Importa afirmar, no entanto, que as políticas de morte ainda presentes no Brasil e bem expressas em Porto Alegre, se manifestam na falta de políticas que integrem, de fato, os imigrantes no novo país, ao invés de “acolhê-los” e, ato contínuo, promover segregações e novas vulnerabilidades que dificultam suas inserções na nova morada. O reconhecimento dos

diplomas que lhes ofereçam condições de competitividade no mercado de trabalho no novo país é um passo importante nessa luta.

Destaco que, ao falar das políticas de morte, nos referimos às ações que delimitam as vidas que devem ser aniquiladas e são, portanto, as vidas que passam a ser cerceadas pela falta de informação e acesso aos direitos humanos básicos, tais como as que foram disponibilizadas em decorrência da pandemia de Covid-19, bem como a manutenção dos discursos de ódio ao imigrante que naturalizam o levantamento de barreiras e as agressões, como aconteceram mais nitidamente na cidade de Boa Vista.

A possibilidade de reconhecimento dos imigrantes como sujeitos de direitos, independente da sua origem, demanda a escuta como prática de cuidado e experimentação, afastando a ideia de que há um outro sobre o qual devemos atuar e depositar técnicas ou saberes que consideramos relevantes. A escuta como cuidado é uma demanda explícita e emergencial das populações que precisaram migrar de maneira forçada, ou mesmo daquelas cujas injunções de vida levaram-nas a abdicar de seus locais de origem, com todos os deslocamentos não apenas geográficos que isto exige. Acolher o estrangeiro, em suas diferentes línguas, culturas, demandas e singularidades, alarga as experiências e concepções não só de quem é acolhido, mas também daqueles, sujeitos e cidades, que ao invés de olharem a vida sob olhar normativo e empobrecedor da *uni-cidade* passam a experimentar a potência na multiplicidade.

A multiplicidade das experiências migratórias e de vida, as diferentes classes sociais, étnicas e de gênero, compartilhadas de maneira conjunta nos espaços de pesquisa permitiu corroborar o entendimento de que toda singularidade comporta o coletivo, proliferando maneiras de ser venezuelano no Brasil, de acordo com as perspectivas de fronteiras existentes para cada um.

Torna-se relevante ressaltar a diversidade de experiências de vida em deslocamento que este percurso investigativo permitiu observar, uma vez que os debates de cunho marcadamente jurídico-políticos que se tornaram protagonistas das manchetes midiáticas, principalmente durante o ano de 2018, contribuíram para uma certa universalização de olhares e concepções sobre imigrantes, homogeneizando condições de inserção dos imigrantes nas cidades brasileiras, e também, alimentando discursos de ódio contra eles. Tais manifestações xenófobas se expressaram, por exemplo, nas notícias de que os imigrantes estavam trazendo doenças para o Brasil (discursos altamente reforçados com o acontecimento pandêmico que as teorias conspiratórias atribuem ao “vírus chinês”), de que não tinham qualificação, que roubariam o trabalho de brasileiros, entre outros. Sendo assim, importa às finalidades desta pesquisa assinalar que a multiplicidade experimentada nos encontros de pesquisadores e venezuelanos,

em suas diferentes estrangeirices, pode contribuir para o desmonte do imaginário homogeneizante acerca do imigrante e combater discursos de rechaço e violência que ainda permeiam esse tema.

Através desta pesquisa, concluiu-se que a cidade, mais do que um aglomerado de trajetos e construções, contém em si o gérmen da multiplicidade. É produto e produtora de subjetividades, permitindo fluxos e intensidades plurais que, na medida em que a compõe, ampliam possibilidades de encontros outros. É no encontro entre cidade e imigrantes que se descobre e se constrói uma Porto Alegre diferente em suas línguas e expressões, sabores e cheiros, potências e vazios. No encontro com o estrangeiro, a cidade torna visível as lutas que ainda precisam ser travadas em prol de espaços menos normativos, sujeitos mais acolhedores, portos mais alegres para mais gente.

REFERÊNCIAS

- Número de refugiados e migrantes da Venezuela ultrapassa 4 milhões, segundo o ACNUR e a OIM. **ACNUR**, 2019, 7 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/06/07/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-ultrapassa-4-milhoes-segundo-o-acnur-e-a-oim/>> Acesso em: 15 de set. de 2021.
- ADICHIE C. The danger of a single story. TED, 2009. Video: 19:16 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9Ihs241zeg> Acesso em: 29 de ago. 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Trad. Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ALBUQUERQUE, Lindomar. A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. **Revista Territórios & Fronteiras**, São Paulo: Annablume, p. 268, 2010.
- ANZALDUA, Glória. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 13 n. 3, 2005.
- BAENINGER, Rosana. Governança Das Migrações: Migrações Dirigidas De Venezuelanos E Venezuelanas No Brasil. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, 2018. p. 135-140.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BALESTRO, A. C.; PEREIRA, T. Língua e cultura na feminização das migrações no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 58, n. 2, p. 779–794, 2019.
- BALBIM, Renato Nunes. Mobilidade: uma abordagem sistêmica. In: Renato Balbim, Cleandro Krause, Clarisse Cunha Linke. **Cidade e movimento: mobilidades e interações no desenvolvimento urbano**. Brasília: Ipea: ITDP, 2016. Cap. 1. p. 23-43.
- BARROS, Laura P.; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. Cap. 3. p. 52-75.
- BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo. Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana. **Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2015. Cap. 3. p. 52-75.
- BATISTA, Lázaro. **Imagens trêmulas do cotidiano de uma cidade que se faz fronteira**. 2019. Tese. Doutorado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Niterói. 2019.
- BAPTISTA, Luis Antonio dos Santos. **Por que a cidade?**. Escritos sobre a experiência urbana e subjetividade. Niterói: Editora da UFF, 201.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense. 2012.

BONETTO, Helena. **A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos**. 2018. Tese. Doutorado em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2018. 266p.

CARRIJO, Fabricio Borges; GORKA, K. ; AGUIAR, Lisiane Machado. Migrant Stories: Sheltered Lives. **Caderno 4**. Campos, v. 2, p. 117-147, 2019.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tania. A pandemia de COVID-19 e as migrações internacionais: impactos e desafios. In: BAENINGER, Rosana, FERNANDES, Duval. **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”. Nepo/ Unicamp, 2020, p. 373-380. 2020

CAVALCANTI, Leonardo, OLIVEIRA, Wagner. “Os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre a imigração e o refúgio no Brasil: uma primeira aproximação a partir dos registros administrativos”. **PÉRIPLoS: Revista de Pesquisa sobre Migrações**. Universidade de Brasília. v.4. n. 2, pp. 11-35. 2020.

KANAAN, Cel.; TÁSSIO Maj., SIDMAR, As Ações Do Exército Brasileiro Na Ajuda Humanitária Aos Imigrantes Venezuelanos In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, 2018. p. 68-71.

COSTA, Luis Artur; GALLI Fonseca, Tania Mara. Da diversidade: uma definição do conceito de subjetividade. **Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre. v. 42. n. 3, p. 513-519. 2008.

Comitê Invisível. **A insurreição que vem**. Brasil: Rede Extremo Sul. 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Devir intenso, devir animal, devir imperceptível**. In **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997. p. 11-113.

DEMÉTRIO, Natália B.; DOMENICONI, Jóice. (2018) Imigração Venezuelana no Brasil: O espaço da fronteira e o espaço da metrópole. P. 187 In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski. **Migrações Venezuelanas**. Campinas, 2018. p. 187-202.

DOMENICONI, Jóice; BAENINGER, Rosana; A Imigração qualificada Venezuelana do século XXI: um estudo a partir dos espaços da migração de trabalhadores do conhecimento da Venezuela no Brasil. In: BAENINGUER, Rosana; SILVA, João Carlos JAROCHINSKI (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo De Estudos De População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 333-348.

FALHAUBER, Pricilla. **A fronteira na antropologia social: as diferentes faces de um problema**. n. 51. São Paulo: BIB. 2001. p. 105-125.

FANON, Franz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA. 2008

Foucault, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975 -1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. 2.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2010.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico: as heterotopias**. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 Edições. 2013.

FRAGA, Aline M.; OLTRAMARI, Andrea P. Imigrantes internacionais o Estado do Rio Grande do Sul e a Pandemia de COVID-19. In: FERNANDES, Duval; BAENINGER, Rosana; CASTRO, Maria da Consolação Gomes; BALIEIRO, Henrique Galhano; ROCHA, Juliana; BORGES, Felipe. MAGALHAES, Luís Felipe; DEMETRIO, Natália; DOMENICONI, Joice. **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”- NEPO/UNICAMP. 2020.

GAMLEN, Alan. Migration and Mobility after the 2020 Pandemic: The End of na Age? **International Organization for Migration (IOM)**. Geneva. n. 146 University of Oxford. 2020.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo, SP: Editora 34 . Hannerz, U. 1997. v. 3. 2012. P. 7-39.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem estar comum**. Rio de Janeiro: Record. 2016.

FGV DAPP: Disponível em: <<http://dapp.fgv.br/entenda-qual-o-perfil-dos-imigrantes-venezuelanos-que-chegam-ao-brasil/>> Acessado em: 09 de set. de 2021.

IBGE. Estimativas da população residente para os municípios. 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>>. Acessado 30 de set. de 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. 2009.

JARDIM, Denise. Imigrantes ou refugiados? As tecnologias de governamentalidade e o êxodo palestino rumo ao Brasil no século XX. **Horizontes Antropológicos**. v. 22. n. 46. 2016. p. 243-271.

JARDIM, Denise Fagundes. **Imigrantes ou Refugiados? Tecnologias de Controle e as Fronteiras**. v.44 n.2. Jundiaí (SP): Paco Editorial. 2017.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. v.29. Rio de Janeiro: Cobogá, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami** São Paulo: Cia. das Letras. 2015

LABORDE, Soledad. La alteridad inmigrante en la ciudad del siglo XXI: nuevas formas de construcción del espacio público. **Revista CS**. n.7. 2011. p. 19-44.

- LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução: o neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: n-1 edições. 2019.
- MARINGONI, G. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo: UNESP. 2009.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte e ensaios: **revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.
- MBEMBE, Achille. Crítica da razão Negra. **Crítica da Razão Negra**. v. 34. Lisboa: Antígona. p. 457-462. 2017.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da inimizade**. Lisboa: Antígona. 2018.
- MILESE, Rosita; COURRY, Paula; ROVERY, Julia. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS**. Porto Alegre, v. 10, n. 22, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/83376>>
- MENEZES, Danielle. Como o Brasil tem se comportado quanto às migrações em meio à pandemia. Migramundo. Disponível em: <<https://migramundo.com/como-o-brasil-tem-se-comportado-quanto-as-migracoes-em-meio-a-pandemia/>> Acesso em 4 de outubro de 2021
- Ministério da Defesa. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/mais-de-5-mil-venezuelanos-sao-beneficiados-com-interiorizacao>>
- MOYA, José. Migration and the historical formation of Latin America in a global perspective. **Sociologias**. v. 20, n. 49. 2018. pp. 24-68. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/15174522-02004902>>
- OLIVAR, José Miguel Nieto; PASSAMANI, Guilherme. Apresentação: Corpos, fronteiras, gênero e sexualidade. **Revista De Antropologia Da UFSCar**, v. 11. N. 1. 2019. p. 474-485.
- OTERO, Guilherme; TORELLY, Marcelo; RODRIGUES, Yssysay. A Atuação Da Organização Internacional Para As Migrações No Apoio À Gestão Do Fluxo Migratório Venezuelano No Brasil. In: BAENINGUER, Rosana; SILVA, João Carlos JAROCHINSKI (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo De Estudos De População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 38-44.
- PAULON, Simone; ROMAGNOLI, Roberta. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 10. n. 1, 2010. p. 85-102
- PERES, Roberta. Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Imigração Haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 684p. 2016.
- PUSSETTI, Chiara “O silêncio dos inocentes”. Os paradoxos do assistencialismo e os mártires do Mediterrâneo. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 21, n. 61. 2017. p. 263-272. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0625>>
- QUINET, Antonio. **A política do psicanalista: do divã para a pólis**. Rio de Janeiro: Atos e

Divãs Edições. 2021.

REIS, Gabriela; SANTOS, Ricardo. Epidemias no Brasil, covid-19 e uma “distopia neoliberal”. **Mundos do Trabalho**. v.12. Florianópolis. 2020. p. 1-10. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/77529/44539>>

ROCCA, Fabio La. **A cidade em todas as suas formas**. Tradução: Adriana Anunciação Ramos. Porto Alegre: Sulina. 2018.

RORAIMA (Estado). Procuradoria Geral do Estado. Ação Civil Originária de 12 de abril de 2018. Pedido de Tutela Provisória. ACO 3121. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=5437155>>, acessado em 2 de jul. de 2021.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. **Estudos Avançados**. v. 20, n. 57. p. 197-207. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200015>>. Acessado em 26 de set. de 2021.

RUSEISHVILI, Svetlana; CARVALHO, Rodrigo C. De; NOGUEIRA, Mariana F. S. Construção Social Do Estado De Emergência E Governança Das Migrações. O Decreto Estadual No 24.469-E Como Divisor De Águas. In: BAENINGUER, Rosana; SILVA, João Carlos JAROCHINSKI (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo De Estudos De População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 57-67.

SAMPAIO, Cyntia; JAROCHINSKI, João Carlos. Complexidade x Singularidade - A Necessidade de outras soluções duradouras. In: BAENINGUER, Rosana; SILVA, João Carlos JAROCHINSKI (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo De Estudos De População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 391-394.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2019.

SAYAD, Abdelmalek. Imigração ou os paradoxos da alteridade. **Resenhas**. v. 43. São Paulo, Edusp. 1998.

SIMOES, Gustavo da Frota. **Perfil Sociodemográfico e Laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba: Editora CRV. 2017.

SEYFERTH, Giralda. (2002). Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**. n. 53, 2002. p. 117-149. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i53>>

SIMÕES, Gustavo da Frota; ROCHA, Rafael. (2018). Governança No Âmbito Da Imigração Venezuelana No Estado De Roraima: O Papel Da Universidade Federal De Roraima. In: BAENINGUER, Rosana; SILVA, João Carlos JAROCHINSKI (Coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Núcleo De Estudos De População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 78-86.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e de informação**. Tradução de Luís Eduardo Ponciano Aragon e Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34. 2020.

SINGER, Florentina. 94,5% dos venezuelanos vivem na pobreza. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-09-29/945-dos-venezuelanos-vivem-na-pobreza.html?mid=DM82562&bid=737607114>>

VETTORASSI, Andrea. Mapas Afetivos: Recursos Metodológicos Baseados Na História Oral e Reflexões Sobre Identidades Espaciais e Temporais Em Estudo Sociológico. **História e Cultura**, Franca, v.3, n.3 (Especial), 2014. p. 155-176.

WEITZMAN, Rodica. Mineiros em movimento: flutuação dos significados das práticas alimentares e agrícolas a partir do fluxo rural-urbano. **Sociedade e Cultura**. v. 18, n. 1. Universidade Federal de Goiás Goiania, Brasil. 2015. p. 13-28

LOURAU, Rene. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

ONU. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero na resposta. Onu mulheres. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>

IOM. Monitoramento do Fluxo Migratório Venezuelano. 2018. Disponível em: <https://displacement.iom.int/system/tdf/reports/MDH_OIM_DTM_Brasil_N1_0.pdf?file=1&type=node&id=3522> Acesso em 20 de jul. de 2021.